



## A COMUNICAÇÃO DE MÁS NOTÍCIAS COMO HABILIDADE FUNDAMENTAL PARA O EXERCÍCIO DA MEDICINA HUMANIZADA

Ana Julia Peccin Sartori<sup>1</sup>; Jennifer Karin Delai<sup>1</sup>; Guilherme Serpa Bosco<sup>1</sup>; Georgina G. S. M. Boroni<sup>1</sup>; Elcio Luiz Bonamigo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. ana.sartori@unoesc.edu.br

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. elcio.bonamigo@unoesc.edu.br

**Introdução:** Más notícias, sob a perspectiva da assistência à saúde, são informações reveladas aos pacientes, potencialmente capazes de modificar para pior suas expectativas de futuro. Devido ao impacto que uma comunicação desorientada dos médicos pode causar ao paciente, é fundamental que essa competência seja lapidada ainda durante a graduação. **Objetivo:** Descrever a necessidade de aquisição da habilidade de comunicar más notícias aos pacientes durante a graduação para o exercício humanizado da Medicina. **Metodologia:** Tratou-se de pesquisa realizada nas bases de dados do Portal Capes, com os termos “Comunicação de más notícias”, no título, e “Protocolo Spikes” em qualquer local do artigo; na Revista Bioética foram utilizados os termos: “Más notícias”. **Resultados:** Após a busca, foram encontrados 26 artigos, sendo 18 no Portal Capes e 7 na Revista Bioética. Para a inclusão foram selecionados os 4 que mais se relacionavam ao objetivo da revisão. Em pesquisa recente, somente a minoria dos estudantes de um curso de medicina considerou-se apta a revelar más notícias aos pacientes, mas o conhecimento de um protocolo e a oportunidade de praticar a revelação de más notícias durante a graduação favoreceram a autopercepção de possuir habilidade suficiente para a revelação (FERREIRA *et al.*, 2022). Entretanto, não basta ser empático para que as notícias indesejadas sejam recebidas sem traumas, é igualmente relevante que os médicos utilizem metodologias adequadas de comunicação, exercidas e aprimoradas por orientações e protocolos específicos. Neste contexto, em outro estudo realizado com estudantes de medicina, 83,54% dos que estavam no final do curso sentiam-se preparados para a revelação de más notícias após ter estudado os conceitos relacionados e ter praticado o Protocolo Spikes (FREIBERGER; CARVALHO; BONAMIGO, 2019). Ainda mais crucial é o desenvolvimento das habilidades de comunicação no cenário da UTI pediátrica. Uma pesquisa apontou que existe insuficiência de preparação dos profissionais para lidar com discussões acerca de pacientes



pediátricos, especialmente quando os quadros de saúde são graves e necessitam revelar más notícias aos pacientes, bem como lidar com a expectativa de seus pais; a situação causa grande impacto emocional também aos profissionais (SOEIRO; VASCONCELOS; SILVA, 2022). Para tanto, faz-se necessário que os profissionais sejam portadores de habilidade para a comunicação de más notícias cujo ensino pode ocorrer por meio da utilização de pacientes simulados, recurso que apresenta bom aproveitamento quando disponibilizado aos acadêmicos de medicina (ISQUIERDO; BILEK; PRADO, 2021). **Conclusão:** Conclui-se que o médico que revela más notícias precisa ser portador de habilidades para que sua postura seja íntegra e beneficente de forma a atender as necessidades do paciente e de seus familiares. Contudo, nem todos têm a oportunidade de adquirir esta habilidade durante a graduação. Nesse contexto, o protocolo Spikes foi considerado um guia auxiliar e fundamental para que esses profissionais conduzam situações desagradáveis de comunicação sem aumentar os danos e sem comprometer a relação médico-paciente. Portanto, infere-se que a aquisição de habilidade de comunicação de más notícias durante a graduação, associada à utilização do protocolo Spikes, constitui medida bastante eficiente para reduzir a maleficência da revelação de más notícias ao paciente e humanizar o atendimento.

**Palavras-chave:** revelação da verdade; humanização da assistência; comunicação.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, Esther Angélica Luiz; BRIDA, Fernanda Dermando; CURCELLI, Emilio Martins; VALETE, Cristina Ortiz Sobrinho. Comunicação de más notícias: autopercepção de estudantes de medicina.

**Revista Bioética**, v. 30, n. 1, p. 54-62, 2022.

FREIBERGER, Miguel Henrique; CARVALHO, Diego de; BONAMIGO, Elcio Luiz. Comunicación de malas noticias a los pacientes desde la perspectiva de estudiantes de medicina. **Revista Bioética**, v. 27, n. 2, p. 318-325, 2019.

ISQUIERDO, Ana Paula Rosa; BILEK, Evandro Santos e Guirro; PRADO, Úrsula Bueno. Comunicação de más notícias: do ensino médico à prática. **Revista Bioética**, v. 29, n. 2, p. 344-353, 2021.

SOEIRO, Ana Cristina Vidigal; VASCONCELOS, Victor César Souza; SILVA, José Antonio Cordero da. Desafios na comunicação de más notícias em unidade de terapia intensiva pediátrica. **Revista Bioética**, v. 30, n. 1, p. 45-53, 2022.



## A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE MICROBIOLÓGICA E PROTEICA DO LÍQUIDO ASCÍTICO NO TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE PERITONITE BACTERIANA ESPONTÂNEA

Érika C. Inácio<sup>1</sup>; Carolina Busanello<sup>1</sup>; Marcelina M. Debiassi<sup>2</sup>; Liliâne S. Fernandes<sup>2</sup>; Fernanda M. D'Agostini<sup>2</sup>; Nadia A. Lorencette<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. erika.inacio@unoesc.edu.br

<sup>2</sup> Docentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. nadia.lorencette@unoesc.edu.br

**Introdução:** A Peritonite Bacteriana Espontânea (PBE) é a complicação infecciosa mais frequente em indivíduos acometidos por cirrose hepática e ascite. Nesta doença, ocorre uma infecção bacteriana do líquido ascítico gerado pela cirrose descompensada. Acerca do viés clínico, o paciente pode apresentar febre, dor à descompressão do abdômen, além de choque séptico. Ademais, a PBE ocorre em 10 a 30% dos casos de pacientes cirróticos com ascite, sendo que a mortalidade intra-hospitalar varia entre 10% a 50% quando corresponde aos primeiros episódios. **Objetivo:** O objetivo dessa pesquisa foi ressaltar a importância proteica do líquido ascítico para a prevenção da doença, e a relevância da composição microbiológica para o tratamento da patologia. **Metodologia:** Para isso, realizou-se uma pesquisa, em plataformas como Google Acadêmico e PubMed, de 4 artigos científicos, 1 dissertação, 1 monografia e 2 teses, publicadas entre os anos de 2003 a 2022. **Resultado:** Quanto à fisiopatologia, o quadro de cirrose hepática avançada causa um déficit da produção de proteínas do complemento e imunoglobulinas, o que reduz a opsonização e a fagocitose neutrofílica, permitindo a proliferação de bactérias. Estas alterações fisiopatológicas fomentam o supercrescimento bacteriano intestinal (SBI), as mudanças na motilidade do tubo digestivo e os defeitos estruturais da mucosa intestinal, facilitando o desenvolvimento de translocação bacteriana (TB) para a circulação. Esta, quando associada a uma diminuição dos fatores imunológicos locais e sistêmicos, torna-se patológica, corroborando para o desenvolvimento da PBE. Além disso, a determinação das proteínas totais no líquido ascítico influenciam a determinação do risco de ocorrência e recidiva dos episódios de PBE. Dessa maneira, pacientes com concentração de proteínas inferior a 15 g/L têm maior risco para desenvolver a doença e podem receber profilaxia antibiótica. Ainda, níveis de proteínas totais no líquido ascítico maiores do que 1,5g/dL estão relacionados com



incidências de PBE menores do que 1%. Já para ascites com concentrações de proteínas totais abaixo de 1 g/dL, a incidência de PBE poderá atingir valores tão altos quanto 41%. No que concerne a composição microbiológica do líquido ascítico, sabe-se que 60% dos casos de PBE são causados por bactérias gram-negativas entéricas e 25%, gram-positivas, sendo as mais comuns *Escherichia coli*, *Klebsiella* e *Streptococcus*; também, *Staphylococcus* estão gradativamente mais envolvidas na PBE, devido, entre outros fatores, ao uso prolongado de antibióticos para descontaminação intestinal. Nesse viés, em virtude do desenvolvimento de resistências, culturas microbiológicas devem ser solicitadas para nortear os antimicrobianos a serem empregados no tratamento, mitigando assim falhas terapêuticas e até mesmo maiores complicações ou morte. Já que a resistência bacteriana a antibióticos multiplica por quatro o risco de mortalidade da PBE. **Conclusão:** Portanto, os conhecimentos acerca da quantificação proteica do líquido ascítico e dos microrganismos envolvidos na PBE são de extremo valor para a devida prevenção e tratamento da doença, sobretudo diante dos sintomas graves e do alto índice de mortalidade nesses pacientes.

**Palavras-chave:** Peritonite Bacteriana Espontânea; líquido ascítico; proteínas totais; análise microbiológica.



## A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA PREVENÇÃO DE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS COMO A CLAMÍDIA E A GONORREIA ASSOCIADA AO DESENVOLVIMENTO DE DOENÇA INFLAMATÓRIA PÉLVICA

Laura U. Natario<sup>1</sup>; Yeda C. Nezello<sup>1</sup>; Fernanda M. D'Agostini<sup>2</sup>; Liliâne S. Fernandes<sup>2</sup>; Marcelina M. Debiasi<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. lauraunatario@gmail.com

<sup>2</sup> Docentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC.

**Introdução:** A doença inflamatória pélvica (DIP) é uma infecção aguda decorrente da ascensão de microrganismos da endocérvice ao trato genital superior feminino. Entre os agentes etiológicos envolvidos, destacam-se *Chlamydia trachomatis* (CT) e *Neisseria gonorrhoeae* (NG), os quais, por serem muitas vezes assintomáticos, não são diagnosticados e tratados em cerca de 80% dos casos. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho foi realizar uma revisão bibliográfica acerca da ocorrência de infecções por CT e NG e sua relação com o desenvolvimento de DIP, analisando a importância das políticas públicas para a prevenção de ambos. **Método:** Foram selecionados seis artigos encontrados na plataforma SciELO e Google Acadêmico entre os anos de 2010 a 2022 que apresentavam maior relevância sobre o tema. **Resultados:** Uma complicação comum decorrente da permanência de CT e NG no trato genital feminino é a ocorrência da DIP, que ocorre em 10% a 40% das mulheres acometidas. A evolução da doença gera inflamação e cicatrizes tubárias, que constituem um forte fator de risco para dor pélvica crônica em 25% dos casos, infertilidade em 10% a 50% e gravidez ectópica em 15% a 60%. No Brasil, tanto a CT quanto a NG não são de notificação compulsória, fato que, aliado ao grande número de infecções assintomáticas, dificulta o diagnóstico e o tratamento das mulheres infectadas. Consequentemente, muitas pacientes apenas descobrem a doença em momentos de complicação, quando se manifestam os sintomas de DIP. Estima-se que em 2001 das parturientes atendidas em maternidades públicas 9,8% apresentaram clamídia e 1,0% de gonorreia. Assim, algumas políticas públicas que foram instituídas para mitigar essa problemática foram a incorporação de testes diagnósticos de clamídia e gonorreia na tabela de procedimentos do Sistema Único de Saúde - SUS (2009), o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) para Atenção Integral às Pessoas com IST (2015), a anexação da detecção de clamídia e gonococo



por biologia molecular no Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e Órteses, Próteses e Materiais Especiais (2018) e mais recentemente o início da implantação da rede nacional de testes moleculares para clamídia e gonococo junto aos Estados e Distrito Federal (2019). Devido à essas evoluções, levanta-se a hipótese de que o aumento no número de casos esteja relacionado à crescente no número de testes, ou seja, o diagnóstico fornecido pelo SUS possibilitou que muitas pessoas tivessem acesso à testagem e subsequente tratamento dessas infecções, contribuindo para a redução dos prováveis casos de DIP. **Conclusão:** Entendemos que as infecções por CT e NG corroboram para o desenvolvimento de casos de DIP e suas possíveis complicações. Ademais, indaga-se se o aumento dos de casos de CT e NG são fruto das medidas públicas que permitiram uma ampliação quantitativa de diagnósticos e assim o seu tratamento, levando a uma diminuição nos episódios de DIP, ou se de fato houve uma crescente no número de infecções.

**Palavras-chave:** IST; infertilidade; pelve.



## A IMPORTÂNCIA DO EXAME DE TEMPO DE TRÂNSITO COLÔNICO PARA DIAGNÓSTICO DIFERENCIAL DE DISMOTILIDADE E OBSTRUÇÃO TERMINAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ana Julia Peccin Sartori<sup>1</sup>; Caio Antônio Nhoatto<sup>1</sup>; Gabriel Gardini Marafon<sup>1</sup>; Georgina Munaier<sup>1</sup>; Guilherme Serpa Bosco<sup>1</sup>; Jennifer Karin de Lai<sup>1</sup>; Milena Silva<sup>1</sup>; Abel Botelho Quaresma<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. milenasilva2@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. abel@proctoclinic.com.br

**Introdução:** O exame de Tempo de Trânsito Colônico (TTC) é indicado ao paciente com constipação crônica funcional refratária a tratamento clínico convencional com reposição de fibras (LOPES, 2007). **Objetivo:** Enfatizar a importância do TTC para o diagnóstico diferencial da constipação intestinal. **Metodologia:** Trata-se de uma análise qualitativa de artigos científicos sobre o assunto na plataforma digital Scielo. Foram usados os descritores “tempo de trânsito colônico” e “constipação”. Foram selecionados três estudos publicados no período entre 2005 a 2020 para revisão bibliográfica e análise de dados. **Resultados:** Estudo recente (QUARESMA; BAPTISTELLA; ROSSONI, 2020) relata que o tratamento inicial para constipação com fibras e óleo mineral foi efetivo na maioria dos pacientes constipados. No entanto, cerca de 30% dos pacientes teriam indicação da realização do exame após a tentativa de melhora do trânsito com a terapêutica proposta. Ademais, a utilização da manometria anorretal se mostrou relevante para avaliar o comportamento da obstrução, avaliando hipertonia muscular do esfíncter anal e contrações paradoxais do músculo pubo retal, além da utilização de marcadores radio opacos (TTC) no diagnóstico de constipação destes pacientes. Em constipados funcionais a gravidade da constipação não depende apenas da ingestão de fibras, havendo outras causas que contribuem para a gênese da doença. Estas causas provocam diferentes variações no tempo de trânsito colônico. Nesse contexto, o exame diferencia os pacientes normais dos constipados com trânsito alterado que exigem abordagens diferentes da suplementação de fibras (LOPES, 2007) e demais manejos. Reafirmando a necessidade do exame, em estudo realizado com crianças até 13 anos de vida (SOARES *et al.*, 2009), o tratamento a base de fibras e óleo mineral surtiu grande impacto quando analisado o tempo de trânsito ceco e colônico total, com melhora expressiva do trânsito em 68,7% dos pacientes. Porém, os demais possuíam sintomas de estase de colo direito, obstrução distal e obstrução na via de saída, demonstrados



pelo exame de TTC, necessitando de tratamento diferencial. Esse mesmo estudo demonstrou que as anormalidades da motilidade digestiva na constipação funcional da criança podem apresentar reversibilidade e ser de natureza secundária, mas para avaliá-los o exame de TTC é de suma importância.

**Conclusão:** o exame de trânsito colônico é importante na prática médica, pois, ao distinguir o tipo de constipação, se por distúrbios de motilidade, (inércia colônica) ou por obstruções terminais (contratura paradoxal do músculo puborretal e/ou patologias semelhantes), é possível determinar a melhor conduta de tratamento, haja vista que esses dois grupos de patologias possuem tratamentos distintos. O TTC deve ser indicado aos pacientes que não respondem às alterações higiênicas e dietéticas, dentre elas a reposição de fibra e o aumento da ingesta hídrica.

**Palavras-chave:** trato gastrointestinal; diagnóstico diferencial; trânsito gastrointestinal; constipação intestinal.

## REFERÊNCIAS

LOPES, A. C. F. Efeito do tratamento convencional da constipação crônica funcional no tempo de trânsito orocecal e colônico total e segmentar. **Jornal de Pediatria**, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/BFkGgsWZXdMrMdq5Qhg4mNQ/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

QUARESMA, A. B; BAPTISTELLA, A. R; ROSSONI, C. O real impacto do tempo de trânsito colônico e da manometria anorretal no diagnóstico de pacientes adultos com constipação crônica. **Journal of Coloproctology**, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jcol/a/QDyMbWXktJJ3grD7jyK7R-jy/?lang=en>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SOARES, M. F. F. *et al.* Radiografia simples de abdome no diagnóstico da impactação fecal em crianças com constipação intestinal: comparação entre três escores radiológicos. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/ZDg6hRtPkmJ39z4D453NFnz/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.





## A INCIDÊNCIA DE HIPOTIREOIDISMO PELA EXPOSIÇÃO A AGROTÓXICOS E À POLUIÇÃO PETROLÍFERA NO BRASIL

Emerson Pellin<sup>1</sup>; Guilherme F. Selarin<sup>1</sup>; José A. R. Souza<sup>1</sup>; Fernanda M. D'Agostini<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. selarin.guilherme@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. fernanda.dagostini@unoesc.edu.br

**Introdução:** O hipotireoidismo (HP) é uma patologia endócrina que a diminuição da síntese dos hormônios tireoidianos provém da deficiência de iodo. Todavia, fatores exógenos como poluentes também contribuem para essa desregulação hormonal. **Objetivos:** Esse trabalho tem por objetivo apresentar a relação entre a alta frequência de HP e fatores como a poluição e a exposição aos agrotóxicos, visto que o aumento expressivo na incidência desta disfunção nos últimos anos retrata uma perspectiva de saúde pública associada ao meio ambiente. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão literária realizada por meio de artigos científicos encontrados nas plataformas Google Acadêmico, SciELO e PubMed publicados entre os anos de 2018 e 2020. **Resultados:** Um estudo realizado próximo ao Complexo Petroquímico de Capuava (CPC), na divisa entre Santo André e Mauá, comprovou que altas concentrações atmosféricas de dióxido de nitrogênio, monóxido de carbono e compostos orgânicos voláteis aumentam a probabilidade de pessoas desenvolverem HP. Esse trabalho acompanhou a saúde tireoidiana de 2004 habitantes de seis distritos nos arredores do CPC, divididos em dois grupos de 1002 pessoas cada, sendo a região um composta pelos três distritos próximos e a dois dos três distantes. Observou-se que as concentrações desses poluentes e a frequência de HP são maiores na região um. A concentração de iodo foi monitorada para eliminar possível desenvolvimento de hipotireoidismo primário. Recentemente, um estudo realizado no Brasil avaliou que a incidência da tireoidite de Hashimoto (9,3%) e anticorpos tireoidianos (17,6%) são maiores em áreas próximas a um complexo petroquímico, já em situações normais, estudos de triagem demonstram que a probabilidade de uma pessoa ser diagnosticada com HP é entre 1% e 3%. Os hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, encontrados no transporte de petróleo e refinarias, diminuem os níveis de hormônios tireoidianos na circulação por vários mecanismos que não foram totalmente elucidados até o momento, todavia, sabe-se que isso pode ocorrer por alteração da estrutura da glândula tireoide, da enzima 5'-iodotironina desidrogenase e/ou por se ligar às proteínas de ligação



aos hormônios no sangue. Além da atividade petrolífera, outro fator de desregulação da tireoide é a exposição a agrotóxicos. Publicações sobre herbicida, inseticidas e fungicidas organoclorados, devido possuírem uma semelhança estrutural e molecular com T<sub>3</sub> e T<sub>4</sub> (ocorre uma ligação competitiva com as proteínas de ligação), evidenciaram hipotireoidismo e doença autoimune, assim como, agrotóxicos anticolinesterásicos também potencializam aumentar as chances de hipotireoidismo. **Conclusão:** Há uma relação entre o desenvolvimento do hipotireoidismo e alguns contaminantes com base em similaridade molecular e periodicidade de exposição. Doenças com percussor imunológico, como HP e produção de auto-anticorpos, quando ocasionadas por hidrocarbonetos, deve-se atentar a proximidade aos polos petroquímicos. Já, por defensivos agrícolas, tanto a intensidade quanto a frequência da exposição serão determinantes nesse processo de desregulação hormonal.

**Palavras-chave:** hormônios; petróleo; Tireoidite de Hashimoto.



## A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO FÍSICO NA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Victor H. Areco<sup>1</sup>; Vitória L. Andrade<sup>2</sup>; Vitória de C. Serafin<sup>2</sup>; Cláudia Elisa Grasel<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discente no Curso de Educação Física, Área das Ciências da Vida e da Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. victortrabalho321@gmail.com

<sup>2</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC.

<sup>3</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde e no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina Joaçaba, SC. claudia.grasel@unoesc.edu.br

**Introdução:** O envelhecimento populacional brasileiro tem gerado uma inversão da pirâmide etária nacional com perspectivas futuras de prevalência de idosos sobre a população jovem. Em razão disso, o estudo sobre quedas nessa população merece destaque tendo em vista as inúmeras consequências de tais acidentes, que pode ser desde uma pequena lesão, até fraturas, luxações e o medo de que tal evento se repita, limitando o indivíduo a realização de certas atividades, causando danos psicológicos e emocionais. **Objetivo:** Identificar, na literatura, evidências sobre o impacto do exercício físico para a prevenção de quedas na população idosa. **Metodologia:** Trata-se de Revisão de Literatura na plataforma Google Acadêmico, incluindo artigos publicados na Língua Portuguesa, disponíveis na íntegra, a partir de 2016, utilizando-se dos descritores “Prevenção”, “Quedas” e “Exercício”, presentes apenas no título. **Resultados:** Foram demonstrados 12 resultados e, após leitura dos resumos, três artigos foram selecionados para inclusão no presente trabalho. Os principais benefícios constatados pelos exercícios físicos regulares envolvem fortalecimento muscular, favorecimento do equilíbrio, desenvolve a aptidão física, aumento da massa óssea e da flexibilidade, além de melhorar a função cognitiva e a qualidade da marcha, o que comprovadamente beneficia a reação frente a um risco ambiental (NUNES, 2018). Especificamente para o idoso da comunidade, os exercícios mais efetivos na prevenção de quedas são os treinos de equilíbrio moderados a intensos, por no mínimo três horas semanais realizados há longo prazo (três anos ou mais) em evolução gradual, podendo associar treinos de fortalecimento e marcha, esse último contraindicado para aqueles idosos com elevado risco de queda ou fragilizados (BENTO; SOUZA, 2018). Apesar disso, para além dessas atividades desenvolvidas pelo profissional de educação física, é necessária uma ação multiprofissional para atuar nas cinco principais áreas de



intervenção, definidas pelo Centro de Controle de Doenças como sendo: educação, atividade física, revisão de medicação, exames da visão e avaliação da segurança do ambiente doméstico (HENRIQUES; BALTAZAR, 2021). **Conclusão:** A prática de exercícios físicos é um dos principais aspectos que auxiliam na prevenção de quedas, pois agem, sobretudo, aumentando a força muscular, melhorando o equilíbrio e a qualidade da marcha, além de propiciar benefício mental e psicológico. Dessa forma, treinos de equilíbrio devem ser incentivados e incluídos na rotina dos idosos sob supervisão do profissional de educação física, associados a programas de atuação multiprofissional em razão das limitações funcionais de cada indivíduo, possibilitando prevenir quedas e resgatar a autonomia e o bem estar dessa população. **Palavras-chave:** acidente por quedas; exercício físico; idoso.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Joana Rita; SOUSA, Nadina Duarte. Exercício físico na prevenção de quedas do idoso da comunidade: revisão baseada na evidência. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 39, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1658>. Acesso em: 02 ago. 2022.

HENRIQUES, Nuno; BALTAZAR, Daniela. Impacto de um programa de educação para a prevenção de quedas, na adaptação ambiental e autoeficácia para o exercício, em adultos mais velhos. **Higeia: Revista Científica da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias**, A. 3, v. 5, n. 1, p. 9-20, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/7579>. Acesso em: 02 em ago. 2022.

NUNES, Leonardo Geamonond. Fatores Determinantes de Quedas em Idosos e o papel do Exercício Físico como Forma de Prevenção: Revisão de Literatura. **RENEF**, [s.l.], v. 8, n. 12, p. 43-56, out. 2018. Disponível em: <http://www.renef.unimontes.br/index.php/renef/article/view/184/324>. Acesso em: 02 ago. 2022.



## PNEUMONITE DE HIPERSENSIBILIDADE: DA CLÍNICA AO DIAGNÓSTICO

Julia Bonamigo<sup>1</sup>; Carlos Alberto Massucato<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. jubonamigo@outlook.com

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba SC. carlosmassucato@hotmail.com

**Introdução:** As doenças respiratórias tem grande impacto e importância global. Tal afirmativa existe devido a relação de causa e consequência das doenças do aparelho respiratório com o meio ambiente. A pneumonite de hipersensibilidade (PH) é uma doença pulmonar intersticial do tipo granulomatosa, que envolve uma resposta exacerbada à inalação de antígenos orgânicos e inorgânicos. Por ser uma síndrome não homogênea com comportamento clínico inespecífico, a doença em questão é confundida com outras patologias pulmonares e, por isso, subdiagnosticada. Epidemiologicamente, no Brasil, 3 a 13% das doenças pulmonares intersticiais são PH. A prevalência varia consideravelmente em todo o mundo, dependendo dos fatores de risco do hospedeiro, métodos diagnósticos, tipo e intensidade de exposição, condições geográficas e práticas agrícolas e industriais. Cenário esse que, quando em uma região com grande potência agroindustrial, gera impacto pessoal, profissional e econômico. Em Santa Catarina, à exposição a fungos, com ênfase no mofo domiciliar, e a criação de pássaros são os causadores mais frequentes. **Objetivo:** O presente resumo pretende elucidar para os profissionais da área de saúde métodos diagnósticos disponíveis que junto com a clínica permitem uma abordagem precoce, por vezes resolutive, evitando a progressão para uma insuficiência respiratória. **Método:** A partir do relato de dois casos, foi observado o comportamento clínico, radiológico e histopatológico evolutivo da doença na fase aguda (usualmente 4-12h após a exposição), subaguda e crônica (de forma insidiosa, por meses a anos), com os mais variados tipos de exposição ambiental e ocupacional. **Resultados:** Os sinais e sintomas mais comuns são dispneia, tosse e guinchos inspiratórios na ausculta pulmonar. Outros possíveis sintomas descritos são inespecíficos e incluem febre, calafrios, fadiga, mialgia, sensação de opressão torácica, cefaleia e perda de peso. Nos testes de função pulmonar, a capacidade vital forçada reduzida é a alteração fisiológica mais comumente encontrada. Se eliminada a exposição causadora, o curso pode ser benigno e ter resolução completa. Porém, se crônico, é possível ocorrer períodos de agudização dos sintomas com ou sem reexposição ao antígeno. Os achados radiológicos agudos/subagudos na



tomografia computadorizada de tórax mostram à inspiração características infiltrativas (nódulos centrolobulares, opacidade em vidro fosco, atenuação em mosaico) e, à expiração, aprisionamento de ar. Quando crônico, opacidades reticulares com bronquiectasias, espessamento de septo intralobular e faveolamento se destacam. A obstrução bronquiolar se apresentando em *headcheese sign* também é altamente específica. Quanto aos achados típicos de biópsia, os critérios propostos são válidos tanto para biópsia pulmonar quanto para lavagem broncoalveolar por broncoscopia: 1) uma pneumonia intersticial celular acentuada em torno das pequenas vias aéreas (“bronquiolocêntrica”) acompanhada por 2) uma bronquiolite crônica celular, 3) um padrão distinto de inflamação granulomatosa e 4) nenhuma característica histopatológica para sugerir uma alternativa mais provável. Conclusão: Compreende-se que o diagnóstico precoce depende da multidisciplinaridade e se faz necessário para prevenir a progressão da doença. Deve-se correlacionar os métodos diagnósticos com a história clínica e, após identificação, deve ser feito o afastamento do antígeno de exposição prolongada, o que pode gerar grandes mudanças na estrutura familiar e profissional.

**Palavras-chave:** antígenos; diagnóstico precoce; pneumonite de hipersensibilidade.



## ABORDAGEM E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE BOCA: CAMPANHA MAIO VERMELHO REALIZADA COM A POPULAÇÃO DE JOAÇABA-SC

Luara Fatima Quadro Maciel<sup>1</sup>; Julia Turra Ribeiro<sup>1</sup>; Grasieli de Oliveira Ramos<sup>2</sup>; Acir José Dirschnabel<sup>2</sup>; Pâmela Campagna<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Odontologia, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. luaramaciel2019@gmail.com

<sup>2</sup> Docentes no Curso de Odontologia e no Programa de Pós-graduação Mestrado em Biociências e Saúde, Áreas das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. grasieli.ramos@unoesc.edu.br

<sup>3</sup> Secretária Municipal de Saúde, Prefeitura Municipal de Joaçaba, SC.

**Introdução:** O câncer de boca é uma neoplasia maligna cujos fatores etiológicos (tabagismo, etilismo, higiene bucal precária e trauma local) são amplamente conhecidos e passíveis de prevenção e promoção de saúde, porém constituem em sua maioria hábitos e vícios que requerem consciência e mudança no cotidiano dos indivíduos acometidos. É considerado um problema grave de saúde pública, uma vez que mais de 50% dos casos são diagnosticados em estágios avançados, o que resulta em prognósticos desfavoráveis. **Objetivo:** Relatar os resultados obtidos com a Campanha Maio Vermelho realizada em Joaçaba SC. **Método:** Aplicação de questionário, avaliação intraoral e extraoral, as perguntas foram direcionadas aos cuidados que apresentavam com a saúde bucal, hábitos de higiene, histórico de câncer na família, por qual meio procurou o exame de boca e se já sabia sobre a prevenção. Foram coletados dados relacionados aos hábitos de uso de álcool, fumo, chimarrão, e uso de algum tipo de prótese. **Resultados:** A amostra obteve 105 exames realizados. O resultado mostrou que houve uma grande predominância do sexo feminino 67% e 32% do sexo masculino, e a faixa etária entre 61- 80 anos. Com relação ao etilismo 54% responderam que não bebem, o restante 1 garrafa por semana, ou parou a menos ou a mais de 5 anos de beber. Segundo os entrevistados 76% afirmaram que não fumam, 11% parou a mais de 5 anos, 6% 20 cigarros ou mais, e 1% 5 a 10 cigarros de papel. Quanto à presença ou não de lesão, foi observado um total de 70%, que não tiveram a presença de nenhuma lesão e 28% com algum tipo de lesão. Para os que foram diagnosticados com alguma lesão a maioria foi considerada como traumática com 33% com maior frequência na mucosa jugal/língua, e uma grande parte com Candidíase no palato duro e alta prevalência de Queilite Actínica em lábio inferior e comissura labial. **Conclusão:** Este trabalho demonstrou que a grande parte da população requer mais informações em relação aos cuidados básicos



com as próteses dentárias, o quanto é importante a remoção dela para sua higienização, cuidados com relação à proteção labial, pois sabemos que nossa região a grande parte trabalha no meio rural/agrícola e o nível de conhecimento sobre o exame de boca e seus métodos de prevenção. Nossos resultados em relação a lesões com características malignas foram de 3% o que é um ótimo resultado, isso de alguma forma nos instiga ainda mais aprimorar acadêmicos, professores/cirurgiões dentistas a levar o máximo de informação e de capacitação de diagnóstico precoce dessa neoplasia.

**Palavras-chave:** câncer de boca; campanha; prevenção.





## ALIMENTAÇÃO E CÂNCER COLORRETAL: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Jennifer Karin Delai<sup>1</sup>; Juliana Areal Carrizo<sup>1</sup>; Ana Julia Peccin Sartori<sup>1</sup>; Luana Patrícia Marmitt<sup>2</sup>; Paula Brustolin Xavier<sup>3</sup>; Marcelina Mezzomo Debiasi<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. juh.sartori@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina e no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. luanamarmitt@gmail.com

<sup>3</sup> Docentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. marcelina.debiasi@unoesc.edu.br

**Introdução:** O câncer colorretal (CCR) é a neoplasia maligna que atinge o intestino grosso, sendo o terceiro mais prevalente entre homens e mulheres. Fatores dietéticos, bem como o estilo de vida podem contribuir para o aumento da ocorrência desta patologia. **Objetivo:** Descrever a importância de fatores modificáveis, como os hábitos alimentares, na prevenção de doenças oncológicas do trato digestivo inferior a partir de uma revisão de literatura. **Método:** Realizou-se uma revisão sistemática de artigos selecionados a partir das plataformas Google Scholar e Pubmed utilizando os descritores “câncer colorretal”, “lateralidade”, “epidemiologia” e “dieta”. Foram inicialmente identificados dezesseis (16) artigos no período entre 2015 e 2022. Destes, nove (9) foram considerados relevantes para compor o trabalho de revisão e extração de dados, sendo quatro (4) publicações em língua inglesa. **Resultados:** Os principais fatores de risco para câncer colorretal foram relacionados ao estilo de vida, portanto, fatores modificáveis. Grande parte dos CCR surgem esporadicamente na dependência de fatores como dieta, obesidade, microbiota intestinal, ingestão de álcool, tabagismo. Dentre os fatores de risco não-modificáveis encontram-se as mutações germinativas ou somáticas, a idade acima de 45 anos, histórico familiar de CCR, condições hereditárias para CCR, doenças inflamatórias intestinais e afins. Contido no espectro de condições modificáveis está evidenciado o alto consumo de carne vermelha e gorduras, assim como o baixo consumo de frutas e vegetais como os principais fatores de risco para esse câncer. Corroborando com estes dados, foi demonstrado que a obesidade pode aumentar em 19% o risco do CCR. Ademais, alimentos capazes de iniciar processos inflamatórios intestinais são considerados importantes agentes neoplásicos, assim como os compostos N-nitrosos e enxofre (encontrados em alimentos em conserva, condimentados e processados), e podem predispor ao aumento do risco de desenvolvimento de CCR. Em contrapartida, as fibras e alimentos ricos em antioxidantes representam fatores protetivos



quanto ao desenvolvimento do CCR. Estudos mostraram que a baixa ingestão de produtos lácteos, cálcio, vegetais, frutas, selênio, licopeno, carotenóides e alimentos contendo grãos integrais ou fibras alimentares são fatores predisponentes ao desenvolvimento de oncopatologias intestinais. Ainda, evidências de uma meta análise que reuniu mais de 2,1 milhões de indivíduos evidenciou que a mortalidade por CCR pode ser reduzida em 20% com a alta adesão à dieta mediterrânea, rica em consumo de azeite de oliva, vinho tinto e tomates. Estima-se que as neoplasias liderem as causas de mortalidade mundial a partir de 2030, ultrapassando as mortes por doenças cardiovasculares no mundo. **Conclusão:** Medidas preventivas devem ser reforçadas, mudanças nos hábitos de vida são essenciais e devem ser estimuladas pelos profissionais de saúde, tendo como base da alimentação o consumo de alimentos não inflamatórios, ricos em fibras, polifenóis, carotenóides e licopeno. Já o consumo de álcool, carne vermelha e tabaco devem ser desestimulados, sempre considerando a realidade do paciente e suas possibilidades.

**Palavras-chave:** neoplasias colorretais; dieta mediterrânea; estilo de vida saudável.



## AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FUNCIONAL E PESO CORPORAL DOS PACIENTES COM CÂNCER

Sara B. Zanini<sup>1</sup>; Marcela P. P. Bottega<sup>1</sup>; Antuani R. Baptistella<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. sarabzanini20@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. antuani.baptistella@unoesc.edu.br

**Introdução:** O câncer é uma das doenças mais prevalentes na população geral, bem como uma das mais incapacitantes de acordo com a sua evolução. **Objetivo:** Avaliar o estado funcional e a alteração do peso do paciente ao diagnóstico, bem como as possíveis alterações causadas pelo tratamento e evolução da doença. **Método:** Realizou-se um estudo analítico, longitudinal e de abordagem quantitativa, por meio da coleta de dados provenientes de pacientes oncológicos atendidos em um ambulatório do meio-oeste catarinense e que apresentavam câncer de mama, pulmão, cólon e reto, próstata ou cabeça e pescoço. Por fim, obteve-se uma amostra com 145 indivíduos, avaliados em 4 momentos, sendo a primeira ao diagnóstico e as seguintes no intervalo de um mês da avaliação anterior. A avaliação contemplou o perfil sociodemográfico, peso, medida de independência funcional (MIF *score*) e o teste *Timed Up & Go* (TUG *test*). As análises estatísticas foram desenvolvidas por meio do programa IBM SPSS, considerando significância estatística  $p < 0,05$ . **Resultados:** Os resultados obtidos apontaram que não houve uma redução estatisticamente significativa da independência funcional e do peso dos pacientes acompanhados apesar do tratamento instituído; além disso, eles não vieram a apresentar alterações importantes na sua capacidade de mobilidade. **Conclusão:** Os pacientes oncológicos, mesmo que submetidos a distintas terapêuticas, em um período de 4 meses após o diagnóstico, tendem a manter sua autonomia quanto à prática das Atividades Básicas de Vida Diária (ABVDs), o que interessa ao corpo clínico pela otimização de um desfecho positivo diante do enfrentamento da doença.

**Palavras-chave:** oncologia; capacidade funcional; declínio funcional; tratamento oncológico.





## AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM CÂNCER DURANTE O TRATAMENTO ONCOLÓGICO

Leandra Ceron<sup>1</sup>; Isabela Zancanaro<sup>1</sup>; Antuani Rafael Baptistella<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. leandraceron@gmail.com

<sup>2</sup> Docente nos Cursos de Fisioterapia e Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. antuani.baptistella@unoesc.edu.br

**Introdução:** O câncer é um dos problemas de saúde pública mundial mais complexo a ser enfrentado, sendo um dos principais responsáveis pela mudança no perfil de adoecimento da população. A magnitude epidemiológica corrobora com a ampliação de práticas assistenciais no setor da oncologia, como o estudo da qualidade de vida dos pacientes em tratamento oncológico. **Objetivo:** Avaliar a qualidade de vida durante o tratamento oncológico de pacientes diagnosticados com os cinco cânceres mais prevalentes em um serviço de oncologia do Meio-oeste de Santa Catarina. **Método:** Trata-se de um estudo analítico, prospectivo, de abordagem quantitativa, realizado no Hospital Universitário Santa Terezinha - HUST na cidade de Joaçaba (SC), iniciado em 2018 com término em 2021 com pacientes diagnosticados com câncer de mama, próstata, cabeça e pescoço, pulmão e colorretal, sem tratamento oncológico prévio. Os pacientes foram avaliados no momento do diagnóstico e mais três entrevistas posteriores, quanto qualidade de vida, Índice de Karnofsky e peso corporal. **Resultados:** Os dados obtidos pelo Índice de Karnofsky foram inversamente influenciados pelo estadiamento tumoral, logo paciente com estágio mais avançado possuía menor independência. Este índice apresentou diferença entre os tipos tumorais, onde tumores de pulmão e de cabeça e pescoço apresentaram um grau de incapacidade maior que os demais, já que o diagnóstico é tardio. Os pacientes com câncer de pulmão foram diagnosticados em sua maioria no estágio IV, enquanto o câncer de mama e de próstata foram considerados mais precoces, com estágio II. O câncer de próstata foi o único a apresentar aumento da qualidade de vida durante as quatro avaliações. **Conclusão:** Observou-se que os pacientes com diferentes tumores se apresentam com graus de estadiamento e de incapacidade díspares ao diagnóstico, porém, não há alterações importantes na qualidade de vida e na autossuficiência nos primeiros quatro meses de tratamento. **Palavras-chave:** oncologia; qualidade de vida; avaliação de estado de Karnofsky.





## AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE CELULAR DE CÉLULAS C6 EXPOSTAS AO MANCOZEB *IN VITRO*

Juliana Pasquali<sup>1</sup>; Diego Carvalho<sup>2</sup>; Aline Remor<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. pasqualijuli26@gmail.com

<sup>2</sup> Docentes no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. aline.remor@unoesc.edu.br

**Introdução:** O uso dos agrotóxicos começou a se difundir no Brasil em meados de 1940, e hoje, é considerado o país com maior consumo destes compostos. O mancozeb (MZ) é um dos fungicidas mais vendidos no mundo e possui um átomo de manganês e um de zinco em sua composição, sendo que a exposição excessiva ao Mn contribui para efeitos tóxicos no sistema nervoso central. **Objetivo:** O presente estudo avaliou a viabilidade celular de células de glioblastoma humano (C6) expostas à crescentes concentrações de MZ em diferentes tempos. **Metodologia:** Para isto, as células foram incubadas com concentrações crescentes de MZ (1 a 500 uM) por 3, 6 e 24h. **Resultados:** Foi observado que houve uma diminuição na viabilidade celular das células C6 a partir da concentração de 50 uM de MZ com 3h de incubação, e que em 6h, a diminuição significativa iniciou em 20 uM. Além disso, a exposição de forma crônica (24h) diminuiu a viabilidade celular na concentração a partir de 10 uM. **Conclusões:** Os dados obtidos neste estudo auxiliam a um maior entendimento da neurotoxicidade das células C6 quando expostas ao MZ *in vitro*. Também este estudo preliminar caracteriza as principais doses tóxicas deste agrotóxico para o tipo celular estudado. **Palavras-chave:** Mancozeb; neurotoxicidade; viabilidade celular.







## COMPORTAMENTO PARA A PRÁTICA DE ATIVIDADE FÍSICA EM UNIVERSITÁRIOS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Geice Zago Haus<sup>1</sup>; Gracielle Fin<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. geicezhaus@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. gracielle.fin@unoesc.edu.br

**Introdução:** O exercício regular, em geral, abrange um amplo espectro de benefícios para a saúde mental, desde o aumento do bem-estar mental, melhorando os estados de humor até a redução dos níveis de ansiedade e estresse percebido. Contudo, apesar dos já conhecidos e indiscutíveis benefícios da atividade física regular, devido à quarentena imposta pela Covid-19 comportamentos sedentários, com redução da atividade física e diminuição do gasto energético, puderam ser evocados. **Objetivo:** O objetivo do presente trabalho é avaliar o comportamento para a prática de atividade física em universitários durante a pandemia de Covid-19. **Método:** A amostra deste estudo foi constituída por acadêmicos matriculados nos cursos de graduação da Universidade do Oeste de Santa Catarina, campus de Joaçaba, Capinzal e Campos Novos, que foram convidados a responder um questionário online, em que relataram a prática ou não de atividade física no período pré-pandêmico e no período pandêmico. Os participantes também responderam sobre a prática de atividade física no momento atual, com a utilização do Questionário Internacional de Atividade Física (IPAQ). As coletas foram realizadas entre os meses de maio e julho de 2022. **Resultados:** Participaram deste estudo 252 acadêmicos, 76,3% mulheres e 23,7% homens. Destes, 50,6% dos participantes tiveram Covid-19. Dos que responderam a pesquisa, 55,7% realizavam atividade física todos os dias ou duas à três vezes na semana, antes da pandemia (antes de março de 2020). Sendo que 52,6% realizavam musculação, ginástica e/ou treino funcional. Além disso, 50,6% dos participantes afirmaram que o tempo médio gasto com atividade física era maior que 45 minutos. Contudo, durante a pandemia (a partir de março de 2020) o número de participantes que realizaram atividade física todos os dias ou duas a três vezes na semana caiu para 39,1%. Sendo que a musculação, ginástica e/ou treinamento funcional mantiveram-se como as atividades mais praticadas (44,8%). O tempo dedicado para a prática também reduziu, sendo que 32,4% afirmaram que dispendiam um tempo médio entre 30 e 45 minutos com atividade física. No que se refere ao cenário atual (2022), percebe-se que 46,6% dos



participantes estão praticando atividade física diariamente ou duas à três vezes na semana. Sendo que 43,9% estão praticando musculação, ginástica e/ou treino funcional e 44,7% afirmou fazer atividade física por pelo menos 45 minutos. Quanto ao nível de atividade física atual dos universitários, observa-se que 47,8% são classificados como Muito Ativos (20,6%, n=52) e Ativos (27,3%, n=69), mesmo assim, os acadêmicos com classificação de Insuficientemente Ativos compreendem 52,2% dos participantes deste estudo. **Conclusão:** Diante do exposto, nota-se redução 9,1% da prática de atividade física regular. Além disso, houve diminuição de 5,9% do tempo de atividade física. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera que um estilo de vida saudável envolva a prática de 150-300 minutos de atividade físicas semanais, assim, os resultados deste estudo demonstram que houve uma redução da prática de atividade física durante a pandemia, e que a maior parte dos universitários apresenta níveis de atividade física insuficientes.

**Palavras-chave:** pandemia Covid-19; motivação; estudantes.



## COMPORTAMENTOS EM SAÚDE RELACIONADOS ÀS DOENÇAS RENAIS

Aléxia Isabelle Faé<sup>1</sup>; Amanda Santiago<sup>1</sup>; Andriws de Souza Urtassum<sup>1</sup>; Arthur Gabriel Rech Giaretta<sup>1</sup>; Guilherme Vilar Oliveira<sup>1</sup>; Maria Heloisa Bonette Vanderlinde<sup>1</sup>; Luana Patrícia Marmitt<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. santiagoamanda99@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. luana.marmitt@unoesc.edu.br

**Introdução:** O sistema urinário é de fundamental importância para a regulação homeostática do corpo humano. Nesse sistema, os rins têm como principal função a promoção do equilíbrio hidroeletrolítico do organismo. Devido aos hábitos e estilo de vida recentes, têm se percebido um aumento do número de portadores de doenças crônicas, especialmente as doenças renais, configurando um problema de saúde pública que gera custos elevados ao sistema de saúde. **Objetivo:** Descrever o conhecimento e o comportamento de indivíduos adultos relacionados à ocorrência de doenças do trato urinário, destacando a importância de fatores externos, como crenças e mitos adquiridos do longo da vida. **Método:** Realizou-se uma pesquisa descritiva em junho de 2022, com aplicação de questionário à população em geral, por meio da ferramenta Google Forms. Este foi publicado na plataforma digital Instagram, no perfil dos autores do trabalho. O instrumento continha questões acerca do conhecimento sobre doenças renais, além de variáveis de saúde, comportamentos e utilização do Sistema Único de Saúde (SUS). **Resultados:** A amostra foi composta por 221 adultos. Destes, 11,8% já tiveram cálculo renal, sendo que 6,7% recorreram ao SUS para tratamento. Cerca de 7,6% dos acometidos pela patologia necessitaram de auxílio médico, enquanto 2,7% eliminaram o cálculo por meio de medicamentos caseiros. Uma dieta com excesso de proteínas pode contribuir para o surgimento de cálculo renal, assim, foi investigada a frequência de consumo de proteínas. Destaca-se que 74,7% dos participantes afirmaram consumir carne diariamente, 9,0% em dias alternados, 13,3% três vezes na semana, e 3,2% não consome. O consumo diário de proteína animal como as carnes, associada ao excesso de outras proteínas e sódio, favorece o surgimento de cálculos renais. Em relação a pielonefrite, que representa outra doença renal bastante prevalente, 89,1% acredita que a relação sexual sem proteção pode suscitar na doença, 92,8% acredita que segurar a urina também representa um fator de risco, 72,9% que o uso prolongado de roupa de banho úmida também contribui com a infecção. No que diz respeito a andar com os pés descalços, 77,4% afirmou que



essa ação não tem nenhuma relação com a doença. Por fim, 59.7% dos indivíduos responderam que no inverno a vontade de urinar aumenta. Isso é, de fato, verdade, uma vez que em temperaturas menores o corpo realiza vasoconstrição, diminuindo a retenção de líquido, aumentando conseqüentemente a perda de líquido por meio da urina. **Conclusão:** As principais doenças que acometem o sistema urinário são o cálculo renal e pielonefrite. Muitos indivíduos com tais doenças recorrem ao SUS evidenciando a importância do mesmo. Outrossim, embora a maioria dos participantes reconheçam corretamente a influência de alguns comportamentos na saúde renal, é notável que ainda existem dúvidas com relação a questões que podem suscitar o surgimento dessas doenças, de maneira que algumas são apenas mitos enquanto outras tratam-se de proposições corretas. Com base nisso, torna-se imprescindível a orientação em saúde para a comunidade a fim de auxiliar nas condutas necessárias para a percepção de sintomas, diagnóstico e prevenção das patologias renais.

**Palavras-chave:** rim; cálculos renais; pielonefrite; Sistema Único de Saúde.



## CONDIÇÕES DE SAÚDE DE INDIVÍDUOS ACOMETIDOS PELA COVID-19 APÓS ALTA DA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Márcia E. Giuliano<sup>1</sup>; Lediane Savaris<sup>2</sup>; Marcella Parise<sup>3</sup>; Antuani R. Baptistella<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Discente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. Bolsista do Programa UNIEDU/FUMDES. marciagiuliano@hotmail.com

<sup>2</sup> Discente no Curso de Enfermagem, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. Bolsista do Programa UNIEDU.

<sup>3</sup> Discente no Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. Bolsista do Programa UNIEDU.

<sup>4</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. antuani.baptistella@unoesc.edu.br

**Introdução:** Com mais de 567 milhões de casos no mundo, destes, 33,9 milhões no Brasil; a Covid-19 tem se apresentado com maior severidade em uma parcela dos acometidos, em que se faz necessária internação em Unidade de Terapia Intensiva o que inclui, em alguns casos, uso de drogas vasoativas, ventilação mecânica invasiva, diálise, bloqueadores neuromusculares, oxigenioterapia, corticóides e sedação. Associadas às intervenções necessárias nesse período está a permanência prolongada e baixa mobilidade no leito. Diante disso, há incertezas quanto ao curso da patologia na condição de saúde dos indivíduos a médio e longo prazo. **Objetivo:** Avaliar as condições de saúde de indivíduos com Covid-19 após alta da Unidade de Terapia Intensiva. **Método:** Foi realizado um estudo observacional-transversal de caráter quantitativo. Foram aplicados os questionários sobre o perfil sociodemográfico, SF-12 (*12-Item Short-Form Health Survey*), IPAQ (*International Physical Activity Questionnaire*), Escala de estado funcional Pós-Covid (*Post-Covid-19 Functional Status Scale – PCFS*) em 60 indivíduos. **Resultados:** Para 54,08% dos participantes autorrelataram a saúde como regular, no entanto, 29,12% a denotaram como boa. Para 62,4% mencionaram redução da produtividade e debilidades físicas; já para 49,92% referiram abalos emocionais que perduraram após a alta hospitalar. 62,4% dos indivíduos não praticavam atividade física anteriormente à Covid-19. Quanto ao nível de atividade física observou-se que 49,9% praticam atividade física leve por no mínimo dois ou mais dias na semana. Entretanto, para a prática de atividade física moderada, 37,4% a praticam dois ou mais dias na semana. **Conclusão:** O estudo mostra o impacto da Covid-19 em diferentes perspectivas na vida dos indivíduos após alta hospitalar, como



a queda da produtividade, persistência de sintomas físicos (dores, cansaço, dispneia), e perturbações emocionais que influenciam desfavoravelmente na execução das Atividades da Vida Diária, no âmbito ocupacional e na sociabilidade desta população.

**Palavras-chave:** cuidados intensivos; Covid-19; Síndrome Respiratória Aguda Grave.



## CONFIDENCIALIDADE PROFISSIONAL NA ODONTOLOGIA

Fernanda H. Cidade<sup>1</sup>; Sirlei F. Cetolin<sup>2</sup>; Elcio L. Bonamigo<sup>2</sup>; Grasieli O. Ramos<sup>2</sup>

<sup>2</sup>Docentes no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. grasieli.ramos@unoesc.edu.br

**Introdução:** A confidencialidade é um princípio ético básico que valoriza a autonomia, os relacionamentos e a dignidade humana. Sendo que o sigilo na área odontológica tem a mesma importância que na área médica. **Objetivo:** Descrever os cenários envolvendo a confidencialidade na prática odontológica. **Método:** Busca de artigos em duas bases de dados, a primeira foi na Biblioteca Virtual de Saúde, onde o descritor de busca foi “sigilo em odontologia” e os filtros utilizados foram, confidencialidade como assunto principal, português e inglês como idiomas, textos completos dos últimos 5 anos (2017-2022). Já a segunda base pesquisada foi o Portal de Periódicos Capes, com a busca pelo descritor “*confidentiality and dentistry*” com os filtros, artigos, acesso aberto, periódicos revisados por pares e datados de 2017 a 2022. Com essa última busca foi encontrado 1690 artigos e o critério de seleção foi o grau de relevância do artigo. **Resultados:** Na primeira base de dados 9 resultados foram encontrados, destes 2 artigos utilizados. Na segunda base foram selecionados 5 artigos com os primeiros filtros e 1 artigo selecionado sem o filtro de data. A conduta ética é o que norteia as atividades profissionais na área da saúde e esses conflitos são configurados por uma subjetividade. Temos como base os códigos de ética, de cada área de interesse, e os valores morais e bioéticos incorporados durante nossa vida social e profissional, como o princípio da não maleficência, o princípio da beneficência e a confiabilidade. A falha em manter um comportamento ético gera uma perda de confiança entre clínico e paciente, o que pode comprometer os processos e resultados do tratamento. Pode haver situações, no entanto, em que a confidencialidade contrarie certos princípios da bioética, como a não maleficência, levando o clínico a um dilema ético. Estudos revelaram que os profissionais da odontologia, ocasionalmente, falham em lidar com desafios éticos devido à falta de experiência, habilidades e confiança. Na odontologia, podemos esperar que conflitos éticos e legais sejam um pouco mais fáceis de gerenciar, pois podemos imaginar que a maioria das patologias envolvidas não apresentam risco a vida dos pacientes ou de terceiros. Porém em situações onde tenhamos um cenário diferente do exposto, no qual não teremos a posição legal e o dever ético claros e convergentes, teremos que gerenciar a situação da melhor forma. As dificuldades para o embasamento bioético na tomada de decisão, reafirmam a necessidade de implementação de ações



de educação permanente para auxiliar os profissionais no reconhecimento e na correta deliberação frente aos problemas éticos. **Conclusão:** Existem situações pontuais nos atendimentos odontológicos, nas quais se observa um conflito ético e legal a ser especificamente analisado no sentido de avaliar se a quebra de confidencialidade entre profissional e paciente se faz necessária. Para melhor suporte desses profissionais, infere-se a necessidade de ampliação da discussão e de estudos permanentes no âmbito da Bioética.

**Palavras-chave:** sigilo em odontologia; confidencialidade; Bioética.





## CONHECIMENTO POPULAR SOBRE O USO DO CIGARRO ELETRÔNICO: UM ESTUDO POR MEIO DE MÍDIAS SOCIAIS

Iara Barzotto Leotte<sup>1</sup>; Luana Patrícia Marmitt<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. iaraleotte@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina e no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC.  
luana.marmitt@unoesc.edu.br

**Introdução:** O uso dos Dispositivos Eletrônicos para Fumar (DEFs), mais especificamente do cigarro eletrônico, apesar da proibição, vem sendo amplamente difundido, principalmente entre os jovens. Mesmo sendo um dispositivo relativamente novo, seus efeitos já estão refletindo negativamente na saúde dos usuários. **Objetivo:** Avaliar o conhecimento de usuários de redes sociais sobre o dispositivo cigarro eletrônico, suas respectivas convicções acerca do uso e efeito na saúde. **Método:** Um questionário padronizado foi elaborado para ser apresentado como parte do Projeto Integrador da disciplina de Saúde e Comunidade I da primeira fase de Medicina da Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Este questionário, elaborado via Google Forms, foi divulgado por meio das redes sociais WhatsApp e Instagram em junho de 2022, e continha questões referentes a características demográficas, conhecimento e uso de cigarros eletrônicos. **Resultados:** A amostra do estudo foi composta por 341 respondentes. Destes, 48,7% tinham até 23 anos de idade, a maioria era do sexo feminino (57,5%). Dos indivíduos que já haviam ouvido notícias sobre o cigarro eletrônico, 82,7% afirmaram que a notícia era desfavorável ao uso. Quando questionados se acreditavam que o uso do cigarro eletrônico era menos prejudicial que o cigarro convencional, 18,2% responderam que “Sim”, e 22% não souberam opinar. Dentre os que confirmaram já terem usado o cigarro eletrônico (23,8%), 65,4% tinham uma opinião formada e ela era desfavorável ao uso do dispositivo, sendo que 14,8% tinham uma opinião favorável e o restante não soube opinar. **Conclusão:** Esse trabalho demonstrou que apesar de a maioria dos participantes já terem recebido algum tipo de informação acerca do aparelho cigarro eletrônico e, em geral, elas serem negativas, ainda existem algumas dúvidas dentre a população. Isso pode ser observado pelo número de pessoas que não souberam deliberar e pelas pessoas que acreditavam que o cigarro convencional era mais prejudicial que o eletrônico. Outrossim, observou-se que os usuários de DEFs têm consciência



dos riscos desse uso, mas mesmo assim o utilizam. Esse comportamento pode ser relacionado ao fato de os estudos divulgados sobre DEFs ainda serem recentes e não possuírem perspectivas reais das consequências a longo prazo. Torna-se evidente a necessidade de estratégias de saúde pública a respeito do uso desses dispositivos, bem como estudos longitudinais para a identificação das consequências de longo prazo.

**Palavras-chave:** cigarros eletrônicos; pulmão; cigarro.



## COVID E A PREDILEÇÃO NA ALOCAÇÃO DE VAGAS EM LEITOS DE UTI

Juliana Fernandes Areal Carrizo<sup>1</sup>; Willian Lorenson Pacheco<sup>1</sup>; Günter Sauerbier<sup>1</sup>; Janderson Tiago Bonamigo<sup>1</sup>;  
Elcio Luiz Bonamigo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. carrizo.jfa@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. elcio.bonamigo@unoesc.edu.br

**Introdução:** A Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é o local de aporte de recursos e investimentos em tecnologia, pela necessidade de contar com todos os mecanismos necessários para manter vivo pacientes graves. Em caso de calamidade, como a pandemia da Covid-19, devido à escassez de recursos e carência de leitos, instala-se um problema agudo de saúde pública que suscita problemas éticos para os profissionais de saúde. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho foi descrever os critérios para a escolha dos pacientes na alocação de leitos de UTI durante o colapso do sistema de saúde em frente à pandemia. **Metodologia:** Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases de dados do Google Acadêmico, que direcionou para outras plataformas (Fiocruz, *Brazilian Journals*, Pubmed, Scielo, etc.), onde foram selecionados sete artigos publicados entre os anos de 2020 e 2021. **Resultados:** Com o introito da pandemia, a busca por teorias legitimadoras no processo de tomada de decisão compreendeu John Rawls e Norman Daniel's com a teoria do utilitarismo e, segundo Souza (2020), trata-se da teoria mais referenciada no caso de alocação de recursos escassos em saúde, porque avalia a moralidade dos atos humanos, levando em conta as consequências e proporcionando o “maior bem-estar para o maior número possível de pessoas”, ou seja, prioriza a maximização do bem-estar. Siqueira-Batista *et al.* (2020), sugerem a criação de uma fila única para a disponibilização das vagas, em leitos públicos e privados, dirigidas ao atendimento de doentes com Covid-19, em estado grave; neste âmbito, o acesso às UTIs levará em consideração a gravidade do caso e a ordem de inclusão na fila de internação, independentemente de o enfermo possuir plano privado de assistência médica e hospitalar. Além disso, observando a orientação do utilitarismo, a escolha deverá priorizar o enfermo com maior potencial de recuperação, utilizando-se de critérios objetivos e transparentes, baseados nos escores de gravidade internacionalmente aceitos, com destaque para o SOFA (Sequential Organ Failure Assessment) e o APACHE (Acute Physiology And Chronic Health Evaluation); propõe-se que sejam



utilizados combinadamente, se possível; neste contexto, devem, ainda, ser proscritas as avaliações baseadas no julgamento clínico individual, dada a possibilidade de viés e de inconsistência dos quesitos utilizados (SIQUEIRA-BATISTA *et al.*, 2020). Wang e Lucca-Silveira (2020) trazem à luz a Resolução do CFM 2.156/2016, que estabelece cinco níveis de priorização para tornar a escolha mais criteriosa e justa. **Conclusão:** Diante disso, deliberações trágicas em alto grau, mesmo que sejam moral e legalmente plausíveis, podem acarretar impactos negativos, especialmente aos profissionais que estão na linha de frente responsabilizando-se pela triagem de pacientes. Assim, salvaguardando sua conduta, foram decididos protocolos a serem seguidos nessa árdua escolha. Destarte, pacientes e seus familiares têm o dever de compartilhar o fardo dessas predileções e estabelecer padrões a priori, transparentes para as decisões de vida e morte.

**Palavras-chave:** Covid-19; escolha; leitos.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Marco; DALL'AGNOL, Darlei; BONELLA, Alcino; DE ARAÚJO, Marcelo. Proposta de diretrizes éticas para alocação de tratamento em UTI (Unidade de Terapia Intensiva) durante a pandemia COVID-19. **Grupo de Trabalho Dilemas COVID-19**, 20 abril 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Araujo-43/publication/341271288\\_Proposta\\_de\\_diretrizes\\_eticas\\_para\\_alocacao\\_de\\_tratamento\\_em\\_UTI\\_Unidade\\_de\\_Terapia\\_Intensiva\\_durante\\_a\\_pandemia\\_COVID-19/links/5eb6d285a6fdcc1fdcb1189/Proposta-de-diretrizes-eticas-para-alocacao-de-tratamento-em-UTI-Unidade-de-Terapia-Intensiva-durante-a-pandemia-COVID-19.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Marcelo-Araujo-43/publication/341271288_Proposta_de_diretrizes_eticas_para_alocacao_de_tratamento_em_UTI_Unidade_de_Terapia_Intensiva_durante_a_pandemia_COVID-19/links/5eb6d285a6fdcc1fdcb1189/Proposta-de-diretrizes-eticas-para-alocacao-de-tratamento-em-UTI-Unidade-de-Terapia-Intensiva-durante-a-pandemia-COVID-19.pdf). Acesso em: 02 set. 2021.
- LIMA, Vania Marcia Rocha Pinheiro; SOARES, Paulo Sérgio Gomes; OLIVEIRA, Tarsis Barreto. O Acesso à Justiça na Pandemia de Covid-19: A Morte Pela Escolha de Sofia e a Esperança de Vida na Bioética. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 8, n. 42, p. 159-167, 22 abr. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4207>. Acesso em: 04 set. 2021.
- OLIVEIRA, Rafael; LUIZ BRUM, Sarah; CARVALHO BARBOSA, Mateus; LOPES DE MACEDO, Juliana. Dilemas de Micro-alocação em UTIs: Uma Revisão Sistemática Sobre Escolhas de Sofia Diárias. **Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão**, v. 10, n. 2, 3 mar. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/100262>. Acesso em: 04 set. 2021.
- SILVA, João Pedro de Oliveira. A PRIORIDADE DE LEITOS DE UTI EM ÉPOCA DE PANDEMIA: Uma possível adequação do critério de idade proposto pelo protocolo de alocação de recursos em esgotamento durante a pandemia da Covid-19 criado pela ABRAMEDE e AMIB à luz do Princípio da dignidade da pessoa humana. In: 23ª SEMANA DE MOBILIZAÇÃO CIENTÍFICA - SEMOC, Universidade Católica do Salvador, jun. 2020, Salvador. **Anais [...]**. Salvador, 2020. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/2872>. Acesso em: 28 ago. 2021.



SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; GOMES, Andréia Patrícia; BRAGA, Luciene Muniz; COSTA, Alexandre da Silva; THOMÉ, Beatriz; SCHRAMM, Fermin Roland *et al.* COVID-19 e o fim da vida: quem será admitido na Unidade de Terapia Intensiva? **Observatório Covid-19 Fiocruz**, 2020. 6p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/41469/2/COVID-19UTI.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.

SOUZA, Elaine Alves Lacerda. A constituição federal de 1988 e a vedação a “escolha da sofia” na covid-19<sup>1</sup> / The 1988 federal constitution and the “choice of sofia” sealing in covid-19. **Brazilian Journal Of Health Review**, v. 3, n. 4, p. 10600-10610, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/15620/12849>. Acesso em: 04 set. 2021.

WANG, Daniel; LUCCA-SILVEIRA, Marcos de. **Escolhas Dramáticas em Contextos Trágicos: Alocação de Vagas em UTI Durante a Crise da COVID-19**. São Paulo: Instituto de Estudo Para Políticas de Saúde, 2020. Disponível em: <http://observatoriohospitalar.fiocruz.br/sites/default/files/biblioteca/Alocacao%20de%20vagas%20em%20UTI%20durante%20a%20crise%20da%20ocovid-19.pdf>. Acesso em: 04 set. 2021.





## DEFINIÇÃO DO PLANEJAMENTO ANTECIPADO DE CUIDADOS

Sarah. C. Del Rio Naiz<sup>1</sup>; Elcio L. Bonamigo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. sarah.c@unoesc.edu.br

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. elcio.bonamigo@unoesc.edu.br

Financiamento: FAPESC

**Introdução:** O crescente conhecimento médico, com auxílio dos avanços científico-tecnológicos, possibilitou o prolongamento, antes inimaginável, da vida. Gerando a dificuldade decisória sobre até quando, quais tratamentos e procedimentos devem ser empregados para manutenção da vida, e a quem cabe decidir. O Planejamento Antecipado de Cuidados (PAC), que na maioria das vezes inclui a elaboração de Diretivas Antecipadas de Vontade, é um método desenvolvido para solucionar essa problemática. Atualmente não existem normativas nos conselhos médicos ou legislativos no Brasil específicas sobre o Planejamento Antecipado de Cuidados, justificando a presente relevância do tema.

**Método:** Realizou-se uma revisão integrativa de artigos científicos encontrados nas bases de dados *PubMed* e Portal de Periódicos Capes, publicados nos anos de 2010 a 2022, na língua inglesa. **Resultados:** Foram identificados 139 artigos, dos quais 7 contemplavam o tema e 4 foram incluídos nesta revisão. O Planejamento Antecipado de Cuidados permite que indivíduos com capacidade decisória identifiquem seus valores, reflitam sobre os significados e consequências no cenário de doenças graves, definam metas e preferências para tratamentos e cuidados médicos futuros e os discutam com familiares e profissionais de saúde (RIETJENS *et al.*, 2017). Cujo objetivo é garantir que indivíduos recebam cuidados médicos consistentes com seus valores, objetivos e preferências na vigência de doenças graves e incapacitantes (SUDORE *et al.*, 2017). O Planejamento Antecipado de Cuidados inclui ter conversas repetitivas com familiares, visando construir um consenso por meio de tomada de decisão compartilhada, usando uma abordagem centrada no paciente (CHIKADA *et al.*, 2021). Culminando na documentação adequada, pode ser realizada uma Diretiva Antecipada de Vontade ou outras formas de documentação (MCMAHAN; TELLEZ; SUDORE, 2021). **Conclusão:** O Planejamento Antecipado de Cuidados é um processo contínuo de reflexões e discussões para compreensão dos valores, preferências e objetivos sobre cuidado no fim da vida entre paciente, familiares e profissionais de saúde para orientar a tomada de decisões na sua



ausência de capacidade. Contribuindo para garantir a dignidade no fim da vida. As decisões podem ser registradas por meio de uma Diretiva Antecipada de Vontade e complementadas, nos casos mais graves, por sua manifestação sobre medidas de sustentação à vida.

**Palavras-chave:** Planejamento Antecipado de Cuidados; Diretivas Antecipadas; autonomia pessoal.

## REFERÊNCIAS

CHIKADA, A. *et al.* Definition and Recommended Cultural Considerations for Advance Care Planning in Japan: A Systematic Review. **Asia Pac J Oncol Nurs.**, v. 8, n. 6, p. 628-638, set. 2021.

MCMAHAN, R. D.; TELLEZ, I.; SUDORE, R. L. Deconstructing the Complexities of Advance Care Planning Outcomes: What Do We Know and Where Do We Go? A Scoping Review. **J Am Geriatr Soc.**, v. 69, n. 1, p. 234-244, jan. 2021.

RIETJENS, J. A. C. *et al.* Definition and recommendations for advance care planning: an international consensus supported by the European Association for Palliative Care. **Lancet Oncol.**, v. 18, set. 2017.

SUDORE, R. L. *et al.* Effect of the PREPARE Website vs an Easy-to-Read Advance Directive on Advance Care Planning Documentation and Engagement Among Veterans. **JAMA Intern Med.**, v. 177, n. 8, p. 1102-1109, ago. 2017.





## DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES E PACIENTES

Amanda P. Thibes<sup>1</sup>; Carolina M. Tamura<sup>1</sup>; Lucas A. Levek<sup>1</sup>; Janaina Neuhauser<sup>1</sup>; Elcio L. Bonamigo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. amanda.petry@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde e no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e da Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina Joaçaba, SC. elcio.bonamigo@unoesc.edu.br

Financiamento: FAPESC

**Introdução:** A autonomia do paciente para realizar procedimentos médicos ocorre, sobretudo, por meio da obtenção de seu consentimento livre e esclarecido, salvo em caso de incapacidade de comunicação quando serão levadas em consideração, se houver registro, suas diretivas antecipadas de vontade e, em caso de dúvidas, a manifestação de seu representante. **Objetivo:** Objetivou-se verificar a aceitação de estudantes de graduação, pós-graduação e pacientes sobre diretivas antecipadas de vontade e os modelos disponíveis. **Resultados:** Foram incluídos 32 participantes para um pré-teste de pesquisa, os quais responderam um questionário contendo 23 questões e manifestaram sua preferência sobre dois modelos de diretivas antecipadas de vontade. A respeito da aceitação, apesar de a maioria dos participantes nunca ter ouvido falar sobre diretivas antecipadas de vontade, todos consideraram importante sua elaboração. Ademais, a maioria concordou que as secretarias de saúde deveriam disponibilizar modelos de diretivas antecipadas de vontade para a população preencher e registrar. Quanto aos representantes que irão substituí-los por ocasião da incapacidade, os escolhidos com maior frequência foram: filho(a), esposo(a), pai/mãe. Em relação aos dois modelos apresentados, a maioria manifestou sua preferência pelo mais completo. Entretanto, no Brasil não existe lei sobre diretivas antecipadas de vontade, mas estão regulamentadas pelo Conselho Federal de Medicina, por meio da Resolução n. 1995/2012, e recomendadas para pacientes oncológicos pelo Ministério da Saúde por meio da Resolução n. 41/2018. Contudo, há um Projeto de Lei no Senado Federal, n. 149/2018, que aguarda audiência pública na continuidade de sua tramitação. **Conclusão:** Conclui-se que a maioria dos estudantes e pacientes consultados aceitam e recomendam as diretivas antecipadas de vontade, preferem o modelo mais completo e escolhem como representante um parente próximo. Desta forma,



infere-se a necessidade de conhecimento deste dispositivo por todos os profissionais de saúde, bem como da tramitação mais célere do Projeto de Lei n. 149/2018 no Senado Federal, cuja aprovação oportunizará aos pacientes melhor exercício de sua autonomia quando estiver incapaz de se comunicar. Trata-se de um importante direito das pessoas e o apoio da administração pública será fundamental para que todos tenham a oportunidade de elaborar.

**Palavras-chave:** autonomia pessoal; direitos do paciente; diretivas antecipadas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução n. 41, de 31 de outubro de 2018**. Dispõe sobre as diretrizes para a organização dos cuidados paliativos, à luz dos cuidados continuados integrados, no âmbito Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado n. 149, de 2018**. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade sobre tratamentos de saúde. Brasília, DF, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução 1995/2012**. Dispõe sobre as diretivas antecipadas de vontade dos pacientes. Brasília, DF, 2012.



## ESTUDO DO PERFIL MOTOR DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E AVALIAÇÃO DO EFEITO DA INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA

Adriana Dessuy<sup>1</sup>; Grasieli de Oliveira Ramos<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. adridessuy@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. grasieli.ramos@unoesc.edu.br

**Introdução:** Acredita-se que o desenvolvimento das crianças autistas sofra um desvio em relação às crianças típicas, devido a prejuízos primários inatos que acabam ocasionando prejuízos secundários decorrentes, podendo ocorrer prejuízos no comportamento motor, especialmente no planejamento e sequenciamento motor, refletindo assim, em dificuldades no processamento visuo espacial e nas habilidades de entender e dar significado ao que está sendo visualizado. O desenvolvimento motor atípico, pode ter atrasos no seu desenvolvimento neuropsicomotor, tendo como por exemplo, prejuízos relacionados à linguagem, memória e coordenação visuo motora. As deficiências motoras presentes no Transtorno do Espectro Autista (TEA), são tratadas como “sintomas associados” do transtorno, sendo que os principais déficits motores nessas crianças são: hipotonia, apraxia motora, caminhada com os dedos dos pés, coordenação motora grossa atrasada e mobilidade de tornozelo reduzida. **Objetivo:** Objetivo foi caracterizar o perfil motor de crianças com transtorno do espectro autista e comparar o seu desenvolvimento antes e após intervenção fisioterapêutica. **Método:** O presente estudo é de caráter quantitativo, experimental do tipo ensaio clínico não controlado. A amostra foi composta inicialmente por 23 crianças de ambos os sexos, com idade de 2 a 7 anos. Nesta pesquisa foi utilizada a Escala De Desenvolvimento Motor (EDM) para traçar o perfil motor das crianças com TEA e a Escala de Pontuação para Autismo na Infância “*Childhood Autism Rating Scale*” (CARS) para avaliar a gravidade do autismo. A coleta de dados ocorreu entre os meses de Outubro de 2021 a Março de 2022, após a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa sob parecer n. 4.746.727. **Resultados:** das 16 crianças que participaram da avaliação através da EDM 81,25%, apresentaram déficit na motricidade fina, 75%, apresentaram déficit na motricidade global, 93,75% no equilíbrio, 87,5% esquema corporal, 75% organização espacial e 100% em linguagem, sendo Linguagem, seguida de equilíbrio e esquema corporal os elementos motores



básicos mais prejudicados. **Conclusão:** o perfil motor das crianças com TEA apresentou alterações significativas no que diz respeito aos elementos motores básicos e que a intervenção fisioterapêutica, juntamente com a equipe multidisciplinar, favorece o processo de desenvolvimento neuropsicomotor, o que pode facilitar a aquisição de novas habilidades funcionais indispensáveis para a qualidade de vida e independência destes indivíduos.

**Palavras-chave:** Transtorno do Espectro Autista; desenvolvimento motor; equipe multidisciplinar; fisioterapia.



## IDENTIFICAÇÃO DE FATORES DE RISCO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA DE SANTA CATARINA: UMA CONTRIBUIÇÃO ERGONÔMICA À GESTÃO HOSPITALAR

Maria Eugênia de Mafra Martins<sup>1</sup>; João Paulo Lucchetta Pompermaier<sup>2</sup>; Lizandra Garcia Lupi Vergara<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Discente no Curso de Engenharia de Produção Mecânica, Área das Engenharias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. mariaeugenia7675@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área das Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

<sup>3</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e em Arquitetura e Urbanismo, Área das Engenharias e das Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. l.vergara@ufsc.br

**Introdução:** A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) foi a maior emergência de saúde pública que o mundo enfrentou em décadas. Além das preocupações quanto à saúde física do profissional da área da saúde, a Covid-19 trouxe também discussões e preocupações quanto à saúde mental desses profissionais. Com isso, a utilização de bases de dados sobre as condições de trabalho provenientes dos serviços de saúde vem crescendo no Brasil, como fundamentação para elaboração de políticas públicas de saúde e gestão desses serviços. **Objetivo:** Esta pesquisa tem como objetivo identificar os principais fatores de riscos de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) e impactos ergonômicos e sociotécnicos presentes em hospitais públicos de Santa Catarina, em função das novas demandas surgidas com a pandemia causada pela Covid-19, por meio de uma pesquisa exploratória envolvendo profissionais da saúde. A intenção é contribuir com o processo de gestão de riscos relacionados à SST, na busca da melhoria contínua da qualidade dos serviços de saúde pública e, conseqüentemente, de ambientes de trabalho mais saudáveis. **Método:** Propõe-se como procedimento metodológico a aplicação do questionário *Workplace Health Management* em hospitais públicos de Santa Catarina, para reconhecimento das medidas implementadas sobre a promoção da saúde no trabalho, saúde e segurança, desenvolvimento pessoal e gestão de reintegração de trabalhadores da saúde, além de entrevistas com profissionais da saúde, para posterior Análise de Conteúdo. **Resultados:** Como resultados foi evidenciado que com a Covid-19 os hospitais tiveram que se readaptar com a nova realidade e resolver pendências que já eram necessárias antes da pandemia. Com isso, os profissionais de saúde ressaltaram que após a pandemia se estabilizar no país, as novas políticas de saúde pública se intensificaram como, por exemplo, uma maior cobrança na utilização de EPIs durante todo o horário de trabalho. Como exemplo, a utilização



de máscaras além de ser utilizada pelos profissionais, também passou a ser utilizada por todos os funcionários e pacientes. Sobre a saúde mental dos trabalhadores, as palavras “exaustão”, “cansaço” e “medo” foram as mais utilizadas pelos profissionais de saúde. Ainda, foi feita uma analogia à situação pós-pandemia com uma situação pós-guerra, pois após se estabilizar a Covid-19, os profissionais da saúde estão tendo maiores demandas de afastamentos por exaustão mental do que por exaustão física ou contaminação. **Conclusão:** Por fim, com a realização dessa pesquisa exploratória, é possível fazer uma análise sobre as novas demandas nos serviços de saúde pública e auxiliar ainda no processo de gestão de riscos hospitalares em direção a soluções mais sustentáveis, na busca da melhoria contínua da qualidade desses serviços, alinhado ao planejamento de ações concretas ao controle eficaz da contaminação hospitalar no Brasil.

**Palavras-chave:** Covid-19; serviços de saúde pública; Saúde e Segurança do Trabalho; ergonomia.



## INSTRUMENTO PREDITIVO PARA RISCO DE CÂNCER DE PELE: UMA INOVAÇÃO EM SAÚDE

Franciele Pinto<sup>1</sup>; Luana Turra<sup>2</sup>; Roberto Rheingantz Cunha Filho<sup>3</sup>; Fabiana Dallacosta<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Discente no Curso de Enfermagem, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. franciele\_333@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente no Curso de Enfermagem, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC.

<sup>3</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC.

<sup>4</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. fabiana.dallacosta@unoesc.edu.br

**Introdução:** O câncer de pele é considerado um dos tipos de câncer mais prevalente em todo o mundo. A prevenção, diagnóstico e tratamento precoce do câncer de pele são fundamentais para reduzir a morbidade e mortalidade associados à doença. **Objetivo:** Criar um instrumento preditivo para risco de cancer de pele, para ser usado por profissionais da Atenção Primária. **Método:** A pesquisa será realizada em 4 fases. A primeira fase (já finalizada) foi a criação do instrumento, na forma de questionário. O instrumento foi criado a partir de extensa revisão bibliográfica, considerando os principais fatores de risco para cancer de pele. A segunda fase (em execução) é a aplicação do instrumento na população. O questionário está sendo aplicado em pessoas híidas, mas com lesões de pele, pessoas com cancer de pele (já diagnosticado) e pessoas com lesões de pele suspeitas. Todos os casos considerados positive para malignidade foram confirmados por biopsia. A fase 3 será a validação do questionário e a fase 4 a criação de um aplicativo para disseminação do uso. **Resultados:** O estudo encontra-se na fase 2, até o momento foram incluídas 30 pessoas, 17 (56,7%) mulheres, media de idade 56,7±18,6 anos, 6 pessoas (20%) já tiveram algum tipo de cancer anteriormente, 11 (36,7%) estão em tratamento de cancer de pele atualmente. Na aplicação do instrumento, 9 (30%) apresentaram risco baixo de estar com cancer de pele, 13 (43,3%) risco médio e 8 (26,7%) risco alto. Entre as 11 pessoas com risco baixo no instrumento, todas negativaram na biopsia para cancer de pele, das 11 pessoas com risco médio, 4 (36,3%) positivaram para cancer e das 7 pessoas com risco elevado, todas confirmaram lesão maligna na biopsia. Análises preliminares demonstram que o instrumento é eficaz, curva ROC apresentou área sob a curva de 0,912, indicando ótimo desempenho, além de sensibilidade de 0,455, o que significa que 45,5% das pessoas



seriam corretamente identificadas pelo teste, e especificidade de 0,00, ou seja, 0% de todas as pessoas com resultado negativo seriam incorretamente identificadas pelo teste. **Conclusão:** Mesmo em fase inicial do estudo, o instrumento tem se mostrado promissor como método preditivo de cancer de pele, além de ser de fácil aplicação e baixo custo, o que facilitaria sua ampla utilização em massa na população. **Palavras-chave:** neoplasias cutâneas; valor preditivo dos testes; fatores de risco.





## MAPEAMENTO DE TECNOLOGIAS DA INDÚSTRIA 4.0 PARA INCORPORAÇÃO TECNOLÓGICA EM SAÚDE

João Paulo Lucchetta Pompermaier<sup>1</sup>; Lizandra Garcia Lupi Vergara<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área das Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. joaopaulopompermaier@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área das Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. l.vergara@ufsc.br

**Introdução:** O termo indústria 4.0 surgiu em 2011 durante a Feira de Hannover na Alemanha para descrever o desenvolvimento de alta tecnologia associada à manufatura do país. A Quarta Revolução Industrial, como também é conhecida, se difere das anteriores por estar baseada na fusão das tecnologias e a interação entre os ambientes físicos, digitais e biológicos. Mudanças profundas estão ocorrendo em todos os setores e também na sociedade. Acredita-se que o setor de saúde será um dos mais impactados e neste sentido surge o termo saúde 4.0 que consiste na integração dos sistemas de saúde com o desenvolvimento e uso das novas Tecnologias da Informação (TI) da indústria 4.0. Nesse contexto, questiona-se: Quais tecnologias da indústria 4.0 podem potencializar o desenvolvimento da saúde 4.0? **Objetivo:** Realizar um mapeamento, por meio de revisão de literatura, de tecnologias da indústria 4.0 associadas ao desenvolvimento da saúde 4.0, para posterior identificação das principais mudanças e oportunidades tecnológicas emergentes na área da saúde. **Método:** O procedimento metodológico envolveu uma pesquisa bibliográfica em artigos científicos disponíveis nas bases Scopus e Web of Science e em livros. O estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa. **Resultados:** As possibilidades dentro deste ecossistema tecnológico são muitas e já é possível perceber os resultados obtidos nos setores onde a incorporação tecnológica se encontra avançada. Na saúde, as tecnologias incorporadas nos últimos anos também provocaram mudanças significativas, alterando a forma como os serviços são prestados, possibilitando maior qualidade, eficiência e segurança. A partir do mapeamento realizado por meio da pesquisa bibliográfica proposta, destacam-se as seguintes tecnologias: Internet das Coisas (IOT); tecnologia 5G; *big data*, *small data*, *data analytics* e *data science*; inteligência artificial (IA); *machine learning*; *cloud computing*; sistemas ciber-físicos (CPS); cibersegurança; *blockchain*; robótica; gêmeo digital; realidade aumentada (RA), realidade virtual (RV) e realidade mista (RM); *wearables*; drones; manufatura aditiva (impressão 3D);



telemedicina, teleconsultas e telediagnósticos; biossensores e rastreadores; nanotecnologia; biologia sintética; genômica. Tais tecnologias aparecem na literatura (ACERO; PERSICO; PESCAPÉ, 2020; CHANDRA *et al.*, 2022; POPOV *et al.*, 2022; WEHDE, 2019) como potenciais oportunidades tecnológicas, visando otimização de sistemas complexos, como os da área da saúde. **Conclusão:** As tecnologias da indústria 4.0 possuem um potencial disruptivo muito elevado. Contudo, levará algum tempo para que a área da saúde evolua e se transforme em 4.0, mas os esforços devem começar agora. Este trabalho se propôs a realizar o mapeamento das possibilidades tecnológicas existentes para a área da saúde. A aderência delas à realidade brasileira, assim como a aplicação das oportunidades tecnológicas na saúde, serão abordadas nas próximas fases de desenvolvimento da presente pesquisa.

**Palavras-chave:** indústria 4.0; saúde 4.0; mapeamento de tecnologias; tecnologias em saúde.

## REFERÊNCIAS

ACERO, G.; PERSICO, V.; PESCAPÉ, A. Industry 4.0 and Health: Internet of Things, Big Data, and Cloud Computing for Healthcare 4.0. **Journal of Industrial Information Integration**, v. 18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jii.2020.100129>. Acesso em: 06 ago. 2022.

CHANDRA, M. *et al.* Digital technologies, healthcare and Covid-19: insights from developing and emerging nations. **Health and Technology**, v. 12, p. 547-568, mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12553-022-00650-1>. Acesso em: 06 ago. 2022.

POPOV, V. V. *et al.* Industry 4.0 and Digitalisation in Healthcare. **Materials**, v. 15, n. 6, mar. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/ma15062140>. Acesso em: 06 ago. 2022.

WEHDE, M. Healthcare 4.0. **IEEE Engineering Management Review**, v. 47, n. 3, p. 24-28, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1109/EMR.2019.2930702>. Acesso em: 06 ago. 2022.



## NEURITE ÓPTICA COMO POTENCIAL EFEITO ADVERSO ÀS VACINAS CONTRA A COVID-19: UMA REVISÃO DE CASOS

Arthur G. Duran<sup>1</sup>; Guilherme de O. Bazzo<sup>1</sup>; Luísa Trucolo<sup>1</sup>; Pamela Kuyava<sup>1</sup>; Taísa S. P. Z. Reginatto<sup>1</sup>; Elcio L. Bonamico<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. arthgbr7@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde e no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC.

Financiamento: Bolsa Uniedu.

**Introdução:** Os termos Neurite Óptica são usados para designar qualquer doença de origem inflamatória do nervo óptico. Trata-se de um processo infeccioso, uma condição autoimune ou uma desordem desencadeada por agentes infecciosos, incluindo-se a vacinação (ESTRADA *et al.*, 2022). Portanto, à medida que mais pessoas são vacinadas, as preocupações aumentam sobre o surgimento de novos casos de Neurite Óptica. **Objetivo:** Descrever a possível relação causal entre vacinação contra a Covid-19 e a Neurite Óptica. **Método:** Revisão literária de artigos científicos publicados entre 2021 e 2022 na plataforma digital PubMed, por meio dos descritores “Optic Neuritis” AND “vaccine” AND “COVID” no título. **Resultados:** Foram capturados 23 artigos, sendo utilizados os quatro que melhor se enquadravam no objetivo da pesquisa. O combate ao Covid-19, por meio da vacinação, tem sido fundamental para o controle da pandemia; entretanto, as vacinas possuem efeitos adversos e a Neurite Óptica pode ser o evento ocular mais frequente. A relação causal da ocorrência de Neurite Óptica pós-vacina contra Covid-19 não está definida. No entanto, um paciente desenvolveu Neurite Óptica bilateral duas semanas após vacinação contra Covid-19 (vacina AstraZeneca), sem que outras causas pudessem ser apontadas (ARNAO *et al.*, 2022). Outra publicação relata que três pacientes, sendo duas mulheres e um homem, apresentaram Neurite Óptica entre cinco e doze dias após imunização com a vacina indiana Covishield (ROY *et al.*, 2022). Ademais, um relato de dois casos descreveu que uma das pacientes desenvolveu neurite duas vezes: seis semanas após a primeira dose e três semanas após a segunda dose; e a outra desenvolveu três semanas após a primeira dose (WANG *et al.*, 2022). Presume-se, portanto, que alguns adjuvantes de vacinas induzem o surgimento de imunidade e que as proteínas virais provocam reatividade cruzada com o tecido humano (ESTRADA *et al.*, 2022). Propõe-se que o próprio componente ativo da vacina

Ad26.COv2.S (vetor de adenovírus tipo 26 contendo o DNA do *spike*) e a resposta específica de células B direcionados à vacina baseada em vetor poderiam desencadear um processo imunológico desregulado, causando a referida reação neuroftalmológica adversa (ESTRADA *et al.*, 2022). Momentaneamente, o maior relatório multinacional após a vacinação é de Alvarez *et al.* (2021) e Leber *et al.* (2021), no qual, dentre os 55 pacientes diagnosticados com Neurite Óptica relacionada à administração de três vacinas diferentes, a maioria (38/55) foi associada à AstraZeneca (ROY *et al.*, 2022). **Conclusão:** Pelo fato da Covid-19 ser um grave problema de saúde mundial, a vacinação torna-se indispensável para o seu controle. Entretanto, embora não haja uma confirmação definitiva, o fator temporal de sua ocorrência e a não associação com outras doenças apontam para a hipótese de as vacinas contra Covid-19 serem potencialmente responsáveis pela reação causadora de Neurite Óptica, confirmando a necessidade de outros estudos que visem elucidar essa relação causal e sua abordagem.

**Palavras-chave:** Neurite Óptica; vacinação; Covid-19; efeitos colaterais e reações adversas relacionados a medicamentos.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Lidia M. *et al.* Post vaccination optic neuritis: Observations from the SARS-CoV-2 pandemic. **SSRN Electron J.**, 2021. DOI: 10.2139/ssrn.3889990. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/353809811\\_Post\\_Vaccination\\_Optic\\_Neuritis\\_Observations\\_From\\_the\\_SARS-CoV-2\\_Pandemic](https://www.researchgate.net/publication/353809811_Post_Vaccination_Optic_Neuritis_Observations_From_the_SARS-CoV-2_Pandemic). Acesso em: 5 ago. 2022.

ARNAO, Valentina; MAIMONE, Mário Baronello; PERINI, Valentina; GIUDICE, Gregório Lo; COTONE, Salvatore. Bilateral optic neuritis after COVID vaccination. **Neurol Sci**, v. 43, p. 2965-2966, 31 jan. 2022. DOI: 10.1007/s10072-021-05832-9. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10072-021-05832-9>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ESTRADA, Christian García; FIGUEROA, Enrique Gómez; ALBAN, Lennyn; CÁRDENAS, Alejandro Arias. Optic neuritis after COVID-19 vaccine application. **Clinical and Experimental Neuroimmunology**, v. 13, n. 2, p. 72-74, 9 nov. 2022. DOI: 10.1111/cen3.12682. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/cen3.12682>. Acesso em: 5 ago. 2022.

LEBER, Henrique M. *et al.* Acute thyroiditis and bilateral optic neuritis following SARS-CoV-2 vaccination with coronavac: A case report. **Ocul Immunol Inflamm**, v. 29, n. 6, 2021. DOI: 10.1080/09273948.2021.1961815. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34402726/>. Acesso em: 5 ago. 2022.

ROY, Madhurima; CHANDRA, Anuradha; ROY, Sangeeta; SHROTRIYA, Charuta. Optic neuritis following COVID-19 vaccination: Coincidence or side-effect? - A case series. **Indian J Ophthalmol**, v. 70, p. 679-683, 27 jan. 2022. DOI: 10.4103/ijo.IJO\_2374\_21. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35086265/>. Acesso em: 5 ago. 2022.



WANG, Jiajun; HUANG, Sumin; YU, Zhijian; ZHANG, Shu; HOU, Guanghui; XU, Shuyi. Unilateral optic neuritis after vaccination against the coronavirus disease: two case reports. **Doc Ophthalmol**, v. 145, p. 65-70, 28 jun. 2022. DOI: 10.1007/s10633-022-09880-0. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10633-022-09880-0>. Acesso em: 5 ago. 2022.





## NÍVEL DE ATIVIDADE FÍSICA E SUA ASSOCIAÇÃO COM A SAÚDE FÍSICA E MENTAL DE IDOSOS

Luís Henrique S. de Oliveira<sup>1</sup>; Fabiana M. Dallacosta<sup>1</sup>; Gracielle Finn<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestrandos no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. oliveirasilva3@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. gracielle.finn@unoesc.edu.br

**Introdução:** Este estudo objetivou avaliar a associação entre o nível de atividade física com ansiedade, vulnerabilidade e incapacidade pela dor em idosos. **Objetivo:** Trata-se de um estudo transversal, realizado com os idosos residentes no município de Florianópolis, Santa Catarina. **Método:** A coleta de dados foi realizada por meio de visitas domiciliares, em Unidades de Saúde e academias de ginástica. A seleção dos idosos foi realizada por meio de amostragem aleatória simples, totalizando 410 entrevistados. Os idosos participantes do estudo foram separados em ativos ou sedentários. Foram utilizados os instrumentos: Questionário Baecke modificado para Idosos (QBMI), Inventário de Ansiedade de Beck (BAI), o Questionário Vulnerable Elders Survey (VES 13) e para análise da incapacidade pela dor foi utilizado o Índice de Incapacidade Relacionada com a Dor (Pain Disability Index – PDI). **Resultados:** Participaram do estudo 410 indivíduos, média de idade 72,21±7,0 anos, 58,5% do sexo feminino. Foram considerados ativos 25%, muito ativos 16% e sedentários 59%. Os idosos sedentários referiram mais sintomas de ansiedade e maior limitação física pela dor. Aqueles com mais limitação pela dor também foram os mais vulneráveis, com mais sintomas de ansiedade e que praticam menos atividade física. A idade apresentou relação com a vulnerabilidade, sendo os mais velhos os mais vulneráveis. **Conclusão:** Concluiu-se que o sedentarismo mostrou associação com maiores queixas de ansiedade e limitação pela dor e a idade não foi determinante para a prática de atividade física.

**Palavras-chave:** idoso; envelhecimento saudável; comportamento sedentário.







## OBSTINAÇÃO TERAPÊUTICA E O DILEMA SOBRE O FIM DA VIDA

Janice O. De Bona<sup>1</sup>; Ana P. S. Zanella<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Mestrandas no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. anazanella18@outlook.com

**Introdução:** Falar sobre morte é ainda um tabu na maioria dos ambientes, é o fim indesejado para todos aqueles indivíduos que se encontram sob cuidados de saúde, mesmo que com prognóstico reservado. Quando à hora chegar, quando não houver o que possa ser feito, como oferecer a este indivíduo o que ele precisa sem prologar seu sofrimento? Deixar-se-á de lado a obstinação por salvar? Eis, o grande dilema do fim da vida. **Objetivo:** O objetivo desse estudo foi avaliar a presença da obstinação terapêutica em situações de finitude da vida. **Metodologia:** Tratou-se de uma revisão de artigos científicos publicados entre os anos de 2018 e 2022 nas bases de dados SCIELO e Google Acadêmico. Foram utilizados os descritores “Assistência terminal”, “Fim da Vida”, “Bioética”. **Resultados:** Foram encontrados 39 estudos, destes sete foram analisados para a confecção da revisão literária por focarem nas questões da obstinação terapêutica ou finitude da vida. O avanço tecnológico, no século XX, trouxe significativos benefícios à sociedade, como no controle ou na eliminação de doenças e tratamentos que visam alcançar a cura. Estes mesmos avanços tecnológicos na medicina permitiram o prolongamento da vida, reduzindo as mortes por causas naturais. Esta ação pode ser chamada de distanásia ou obstinação terapêutica e ocorre quando há um prolongamento desnecessário da vida do paciente em estado terminal, mesmo sem ter uma perspectiva de cura, apenas prolongando a dor e ferindo os princípios da dignidade. As consequências da obstinação terapêutica não atingem somente o paciente, mas também acaba motivando impactos psicológicos entre os familiares. Na maioria dos casos, são os próprios profissionais da saúde ou os familiares dos pacientes que se sentem pressionados a tentar a todo o custo prolongar a vida, com recursos fúteis ou métodos invasivos. Neste contexto, surgiram às diretivas antecipadas de vontade (DAVs), instrumentos que objetivam o paciente manifestar-se sobre os meios médicos que deseja ou não se submeter para prolongamento da vida, em caso de incapacidade. Adiar a morte na maioria dos casos é submeter o indivíduo ao sofrimento, permitindo que a ciência rompa com a dignidade, submetendo o doente a incansáveis e dolorosos tratamentos, mesmo sem perspectiva de cura. Apesar de não existir uma legislação específica sobre a distanásia, é importante destacar que o excesso terapêutico e a confirmação de tal conduta é uma infração ético-disciplinar, vedada pela Resolução n. 1.931/2009 do



Conselho Federal de Medicina (CFM) – O Código De Ética Médica (CEM). **Conclusão:** A obstinação terapêutica é uma realidade, no fim eminente da vida, seja por ação do profissional que deseja salvar ou por desejo ou dos familiares na busca de não perder seu familiar. Neste contexto, é relevante a construção da DAVs que futuramente, podem tornar-se um norteador da ação profissional de acordo com o que o próprio indivíduo espera para si mesmo, e no que se refere a evitar a prática da distanásia.

**Palavras-chave:** assistência terminal; fim da vida; bioética.

## REFERÊNCIA

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Código de Ética Médica:** Resolução CFM n. 1.931, de 17 de setembro de 2009. Brasília, DF: CFM; 2010. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%2ode%2oetica%2omeditica.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.



## PERCEPÇÃO DA AUTONOMIA MATERNA E DO MÉTODO CANGURU FRENTE AO RN DE BAIXO PESO

Amanda P. Amaral<sup>1</sup>; Isabela Zancanaro<sup>1</sup>; Sara B. Zanini<sup>1</sup>; Leandra Ceron<sup>1</sup>; Julia Bonamigo<sup>1</sup>; Beatriz Ferrandin<sup>1</sup>;  
Flavia de Lucca<sup>1</sup>; Anelise H. T. Camargo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. amanda.paredesamaral@icloud.com

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. aneht@uol.com.br

**Introdução:** O Método Canguru é um modelo de assistência ao recém-nascido (RN) prematuro internado, englobando o atendimento do neonato e de sua família. O método é desenvolvido em três etapas: a primeira começa no pré-natal da gestação de alto risco, a segunda é quando o bebê permanece em contato com sua mãe, momento em que a posição canguru é ensinada e praticada. Já a terceira etapa é o acompanhamento da mãe e do bebê, em ambulatório ou domicílio até o bebê alcançar 2,5 kg. A proposta do tratamento é tornar mais confortável os exames, o ambiente e assim entrelaçar o bem estar do bebê tanto na parte fisiológica como na emocional. **Objetivo:** Identificar as relações a serem compreendidas pela parte materna na unidade do berçário quanto às vivências e adaptações frente às questões psicoafetivas em um Hospital Universitário do Meio-Oeste Catarinense correlacionando o método canguru com as experiências das mães, relacionadas ao atendimento técnico e humanizado. **Método:** Foi utilizado uma metodologia quantitativa a partir de um questionário com trinta perguntas objetivas e quatro itens para a identificação, por entrevista ativa. O questionário foi aplicado às progenitoras antes da alta hospitalar dos recém-nascidos, sendo estes nascidos obrigatoriamente com peso igual ou inferior a 2.500 g. A amostra foi selecionada a partir de critérios de inclusão, tais como: idade materna superior a 18 anos, mães de RN internados por baixo peso e internações feitas apenas no Hospital Universitário Santa Terezinha (HUST). O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi entregue a todas as entrevistadas. Ainda, realizou-se a busca e a seleção de artigos científicos por meio do Google Acadêmico, do PubMed e do Portal do Capes para o embasamento do projeto. **Resultados:** Apenas 12,5% das entrevistadas conheciam o método Mãe Canguru, mas 100% delas, ao compreenderem no que consistia, afirmaram que ele facilitou a aproximação com o(a) filho(a). Isso vai ao encontro dos dados levantados em relação aos sentimentos entre mãe e bebê durante o período de contato: enquanto



100% das mães entrevistadas apresentaram mais de um sentimento negativo durante as primeiras horas de separação entre elas e seus bebês após o nascimento, apenas 75% permaneceram com medo, sensação de insegurança e/ou angústia em relação ao filho após os primeiros contatos. Além disso, enquanto 62,5% de mães sentiram medo ao segurar seu filho pela primeira vez, 100% delas passaram a apresentar sentimentos agradáveis após terem tal aproximação. Esses dados refletem os benefícios que o método Mãe Canguru destina aos indivíduos que dele participam, ou seja, ao binômio mãe-bebê. **Conclusão:** De forma humanizada e individualizada, e respeitando o estado comportamental do recém-nascido, o método Canguru é um modelo de assistência que, muito além de permitir a aproximação entre mãe-bebê, reduz o estresse e a dor do recém-nascido, estimula o aleitamento materno e propicia um melhor desenvolvimento neurocomportamental e psicoafetivo que favorecerá, principalmente, a criação de laços que serão estendidos para além do berçário no momento em que o bebê prematuro receber alta do acompanhamento.

**Palavras-chave:** baixo peso; binômio mãe-bebê; Método Canguru.



## PERCEPÇÃO DA PESSOA IDOSA SOBRE AMBIENTE DE MORADIA COMO CONTRIBUIÇÃO ERGONÔMICA PARA O ENVELHECIMENTO SAUDÁVEL

**Bruna Folle Rodrigues<sup>1</sup>; Bruna Luísa Poffo Nobre<sup>2</sup>; João Paulo Lucchetta Pompermaier<sup>3</sup>; Lizandra Garcia Lupi Vergara<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Discente no Curso de Design de Produto, Área das Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. r.brunafolle@gmail.com

<sup>2</sup> Discente no Curso de Engenharia de Produção, Área das Engenharias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

<sup>3</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Área das Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

<sup>4</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção e em Arquitetura e Urbanismo, Área das Engenharias e das Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. l.vergara@ufsc.br

**Introdução:** O índice de envelhecimento do Brasil vem aumentando, e como consequência há a diminuição de algumas capacidades motoras e até psíquicas, que implicam diretamente na forma de habitar da pessoa idosa e estão diretamente ligadas com sua capacidade de realização de tarefas diárias. É necessário visar ambientes mais ergonômicos, ou seja, mais adaptados e eficazes quanto às necessidades funcionais e estéticas dos usuários. A análise da percepção ambiental possibilita que seja avaliado, além das características físicas/construtivas de um espaço, a avaliação enquanto espaço sujeito à ocupação, leitura, reinterpretação e/ou modificação pelos usuários, com uma análise comportamental e social essencial. **Objetivo:** A pesquisa teve como objetivo avaliar a percepção da pessoa idosa sobre seu ambiente de moradia e sua influência nas atividades diárias, considerando suas limitações fisiológicas, sentimentos e desejos, a fim de possibilitar melhores soluções para projetos residenciais mais adequados às características do usuário. **Método:** O procedimento metodológico consistiu na aplicação de ferramentas ergonômicas como Constelação de Atributos e Teoria das Facetas, por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com 17 idosos com mais de 65 anos de Santa Catarina, para posterior análise de conteúdo. **Resultados:** A partir da análise de conteúdo das entrevistas com as pessoas idosas foi possível compreender que faixa etária, gênero e localização não foram relevantes na escolha das imagens e nem na generalização dos atributos reais e desejados questionados em relação ao ambiente de moradia. Os entrevistados não se identificam com ambientes de grande contraste, buscando opções menos saturadas, mais claras e tranquilas, trazendo a sensação de clareza e neutralidade, assim como



a busca por maior abertura visual e iluminação natural. Há uma tendência de rejeição a plantas dentro do ambiente, porém, consideram fator determinante no ambiente externo. A simplicidade é abordada e fortemente ligada à organização e funcionalidade, gerando conforto. Cores mais sóbrias são associadas ao atributo estético, e ainda a sensação de limpeza vinda de tons claros e sóbrios pode estar associada a esse fator. Houve uma grande busca por amplitude visual, podendo estar relacionada com a busca por organização e conforto que a abertura visual transmitia ao ambiente. **Conclusão:** De maneira geral, as pessoas idosas demonstraram maior foco em suas limitações físicas e cognitivas do que em fatores psicológicos. A percepção do ambiente mais agradável foi o de média complexidade, mas com baixo contraste, assim como com grandes aberturas e pouca naturalidade. O presente trabalho possibilitou a aplicação de ferramentas de percepção do usuário para obtenção de dados qualitativos relacionados às opiniões, sentimentos e desejos da pessoa idosa, assim como a constatação da importância de ouvi-los para gerar projetos de ambientes mais adequados e inclusivos, na busca por soluções mais representativas da moradia da pessoa idosa.

**Palavras-chave:** ergonomia; pessoa idosa; ambiente de moradia; percepção do usuário; envelhecimento saudável.



## PERFIL MOTOR DE CRIANÇAS AUTISTAS NA CIDADE DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Joice Dallacosta<sup>1</sup>; Gabrieli Moser<sup>2</sup>; Joel Perin<sup>2</sup>; Adriana Fassbinder Dessuy<sup>3</sup>; Grasieli de Oliveira Ramos<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Discente no Curso de Odontologia, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. adridessuy@hotmail.com

<sup>2</sup> Discentes no Curso de Fisioterapia, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, SC.

<sup>3</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC.

<sup>4</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde e nos Cursos da Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. grasieli.ramos@unoesc.edu.br

**Introdução:** O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por um transtorno do neurodesenvolvimento que causa prejuízos sociais, comportamentais e de comunicação. O desenvolvimento motor não é um dos critérios de diagnóstico, porém alguns pesquisadores têm discutido esse quesito para uma intervenção precoce. **Objetivos:** Identificar e perfil motor das crianças diagnosticadas com TEA na cidade de São Miguel do Oeste-SC e descrever quais os componentes da motricidade apresentam maior déficit. **Métodos:** O estudo refere-se a uma pesquisa do tipo observacional quantitativa descritiva transversal. Sendo utilizada como instrumento de avaliação a Escala de Desenvolvimento Motor (EDM). Participaram do estudo 18 crianças, com idade entre 2 e 11 anos, com idade média 6,3 anos ou seja 75,8 meses, sendo 4 meninas e 14 meninos, onde 5 destas frequentam a APAE e as outras 13 frequentam uma clínica de referência na cidade. A avaliação foi realizada de forma individual durante os meses de setembro e outubro de 2021 seguindo todos. **Resultados:** Indicam que o componente Linguagem/Organização temporal apresenta maior déficit e o componente de motricidade fina representa o menor déficit. Do total de crianças da amostra, a classificação motora moderada e grave se equivalem com maior prevalência, na sequência classificação leve e inferior respectivamente. Na comparação entre a média da Idade Cronológica (IC) em meses e a Idade Motora Geral, houve uma diferença de 36,8 meses de atraso do desenvolvimento motor das 18 crianças avaliadas. **Conclusões:** Após dados apresentados concluímos que há padrões do desenvolvimento motor abaixo do esperado, sugerindo a necessidade de intervenção fisioterapêutica precoce.

**Palavras-chaves:** desenvolvimento motor; Autismo; avaliação motora.







## PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DE MÃES DE BEBÊS EM IDADE DE PRÉ-ERUPÇÃO DENTÁRIA EM UMA UNIDADE DE SAÚDE DE PALMAS-PR

Marcos De Vicenzo<sup>1</sup>; Luana Patrícia Marmitt<sup>2</sup>; Grasieli de Oliveira Ramos<sup>2</sup>; Cláudia Elisa Grasel<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. marcosdevicenzo@gmail.com

<sup>2</sup> Docentes no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. claudia.grasel@unoesc.edu.br

**Introdução:** Levantamentos de perfil sociodemográfico são importantes instrumentos para identificar problemáticas e dinâmicas de uma determinada população a partir de uma amostra. Ao selecionar amostra que compreende mães de crianças em fase de erupção dentária iminente (pré-erupção), é necessário estabelecer critérios para delimitar a população. A erupção dentária é uma fase de grande interesse para a Odontologia porque marca o início da escovação e da necessidade de controle da placa bacteriana cariogênica e da prevenção à cárie. A mãe é a principal cuidadora em saúde bucal nessa etapa da vida do bebê e ações educativas irão visá-la. Daí a importância de se obter o perfil dessa população. **Objetivo:** Descrever o perfil sociodemográfico de mães de crianças em idade de pré-erupção dentária numa Unidade Básica de Saúde no município de Palmas, PR. **Método:** Delimitou-se a amostra de mulheres através de média de idade de erupção dentária dos bebês. Como a idade média de erupção dentária se situa entre 5 e 6 meses da criança, foi estabelecido que 5 meses seria a fase de pré-erupção dentária; assim, selecionaram-se mães com bebês de 5 meses de vida, cujas variáveis foram coletadas por meio de investigação documental em prontuário eletrônico, e questionário objetivo aplicado às mães que aceitaram participar da pesquisa entre os meses de janeiro e março de 2022. **Resultados:** A amostra compreendeu 6 mães com bebês de 5 meses. A idade média foi de 25 anos; apenas uma mãe não vive com o pai do bebê; apenas um bebê era filho único. Todos os outros (5) possuíam um irmão(ã) mais velho(a). Em relação à cor da pele, duas mães eram brancas e quatro pardas. Apenas uma participante possuía o Ensino Médio completo, sendo que Ensino Fundamental completo foi o resultado mais presente (3). Não houve relato de complicações como parto prematuro, depressão pós-parto, baixo peso do bebê ao nascer, ou doença grave (motora ou cognitiva) do bebê. Todas as mães possuíam histórico de cárie, tratada ou não. Nenhuma mãe relatou ter recebido orientação prévia sobre a higiene bucal do bebê por qualquer fonte. Todos os bebês mamaram no peito, sendo que apenas um ainda mama exclusivamente.



Em todos os casos, a mãe era a principal cuidadora. Todas as mães relataram renda familiar até dois salários mínimos. **Conclusão:** Foi constatado um número de participantes muito baixo para atribuir objetivamente um perfil geral das mães de crianças de 5 meses que frequentavam a Unidade de Saúde estudada, mas o levantamento contribuirá para a caracterização das participantes de uma pesquisa qualitativa sobre percepção a respeito de uma ação educativa. Ainda assim, foi possível perceber um grupo homogêneo de mães (jovem, baixa escolaridade, baixa renda, maternidade precoce, que vivem com seus companheiros).

**Palavras-chave:** perfil sociodemográfico; erupção dentária; maternidade.



## PERÍCIA MÉDICA: PERCEPÇÃO DE PERITOS E PERICIADOS

Vitória L. Andrade<sup>1</sup>; Otávio A. Marques<sup>1</sup>; Paula T. Provensi<sup>1</sup>; Elcio L. Bonamigo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. lovatelvitória@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde e no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e da Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina Joaçaba, SC. elcio.bonamigo@unoesc.edu.br

**Introdução:** Embora a perícia médica seja o meio para milhares de trabalhadores legitimarem seus direitos previdenciários no Brasil, atualmente, tornou-se tema de debates interdisciplinares que questionam sua efetividade e sistematização. **Objetivo:** Descrever as falhas das perícias médicas na percepção de peritos, periciados e sociedade atual. **Método:** Tratou-se de Revisão de Literatura por pesquisa exploratória na plataforma Google Acadêmico, englobando artigos publicados a partir de 2011, utilizando-se dos descritores “Perícia Médica”, “Ética” e “Trabalhador”. **Resultados:** Foram demonstrados 42 resultados e selecionados quatro artigos para inclusão no presente trabalho. A previdência social é um direito garantido na Constituição Federal aos trabalhadores, os quais precisam passar pela perícia médica para concessão dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) (LISE *et al.*, 2013). Nesse sentido, a perícia médica surgiu com a necessidade de produção de provas para auxiliar o judiciário na veracidade da avaliação de doenças, objetivando avaliar a capacidade laboral do trabalhador por meio de um exame físico muito bem realizado, onde se deve identificar as doenças e os agravos causados pelo ambiente de trabalho (MAZANTI *et al.*, 2020). Contudo, diversos são os problemas apontados por peritos e periciados, que dificultam a ação do médico, como: limitações para elaboração do laudo pericial, entrave temporal com grande demanda, ausência de área específica para a perícia, subordinação ao INSS, falta de aparelhamento institucional e relação médico-periciado hostil, baseada na desconfiança (ALMEIDA, 2011). Essa relação é fragilizada por interesses econômicos e políticos, advindos de empresas, sindicatos e Estado, vulnerabilizando a conduta esperada por requerentes, que podem não ser beneficiados por não se enquadrarem no perfil esperado, criando um dilema ético-moral no processo de concessão (MELO, 2014). Além disso, ao avaliar empresas contratantes da perícia, observou-se algumas tentativas de acobertar acidentes de trabalhos, de afastar o perito do ambiente de trabalho, além de desconsiderar o nexo de causalidade entre exposição à fatores



de risco e desenvolvimento de doenças (ALMEIDA, 2011). Para solucionar tais problemas, alguns países como Portugal separaram o ato pericial do responsável pelo pagamento do benefício, sendo o perito não designado pelo INSS e sim pelo Ministério da Justiça. (LISE *et al.*, 2013). **Conclusão:** Dessa forma, as principais falhas envolvendo as perícias médicas são a imposição de laudo e tempo delimitado, perito subordinado ao INSS, interesses escusos, relação hostil entre médico e periciado, além da falta de tempo e local específico para o ato pericial. Exemplos como o de Portugal e debates interdisciplinares contribuem para a solução, uma vez que os defeitos apresentados necessitam de reparo em todos os âmbitos, tanto medicinal, como trabalhista, social e judiciário.

**Palavras-chave:** prova pericial; ética médica; atenção à saúde do trabalhador.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduardo Henrique Rodrigues de. Aspectos bioéticos da perícia médica previdenciária. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 277-298, jan./abr. 2011. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/618](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/618). Acesso em: 10 abr. 2022.

LISE, Michelle Larissa Zini; JUNDI, Sami Abder Rahim Jbara El; SILVEIRA, Jorge Utaliz Guimarães; COELHO, Renata Souza; ZIULKOSKI, Lisiane Maiser. Isenção e autonomia na perícia médica previdenciária no Brasil. **Revista Bioética**, Brasília, DF, v. 21, n. 1, p. 67-74, jun. 2013. Disponível em: [https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista\\_bioetica/article/view/680/857](https://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica/article/view/680/857). Acesso em: 10 abr. 2022.

MAZANTI, Rômulo Garcia; SILVA, Thainan Alves; ARAGÃO, Stela Almeida; NOGUEIRA, Raí Novas; ABI-RACHED, Roberto Del Valhe. As perícias médicas no contexto da saúde do trabalhador: uma revisão bibliográfica. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 209-216, jun. 2020. Disponível em: <https://cdn.publisher.gn1.link/rbmt.org.br/pdf/v18n2a13.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

MELO, Maria da Penha Pereira de. Moralidade e risco na interface médico-paciente na perícia médica da Previdência Social. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 49-66, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/n8PKYhKR9fZcNXK6fj7B7bh/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2022.



## QUEDAS DE IDOSOS EM AMBIENTE DOMICILIAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Marina Joana Gugel<sup>1</sup>; Rebeca Nagel de Marco<sup>1</sup>; Vitória de Castilhos Serafini<sup>1</sup>; Emely Fries<sup>1</sup>; Cláudia Elisa Grasel<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. marina.gugel@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. claudia.grasel@unoesc.edu.br

**Introdução:** Entende-se como queda qualquer deslocamento não intencional do corpo para um nível inferior à posição inicial com incapacidade de correção em tempo hábil, cujas circunstâncias multifatoriais comprometem a estabilidade do organismo. Neste sentido, a população idosa encontra-se muito vulnerável a esta problemática e, de acordo com pesquisas, esta representa 10,8% da população brasileira, reunindo mais de vinte milhões de indivíduos; dentre estes, aproximadamente 30% caem todos os anos. **Objetivo:** Identificar fatores de risco comportamentais e ambientais e estabelecer a importância da prevenção das quedas, além de elencar as principais consequências pós queda. **Método:** Trata-se de uma revisão literária de artigos científicos observacionais, publicados entre os anos 1990 e 2020 nas bases de dados SCIELO, PubMed e Google Acadêmico. Os descritores utilizados na busca foram “quedas em idosos”, e “prevenção de quedas”. Entre os artigos encontrados, sete aderiram aos objetivos da pesquisa e foram utilizados para a confecção do presente trabalho. **Resultados:** Os principais fatores de risco para queda incluem o uso de benzodiazepinas e a presença de comorbidades como diabetes mellitus, artrite, hipertensão arterial sistêmica e osteoporose. Fatores externos também podem contribuir com a ocorrência das quedas, dentre eles, a presença de tapetes soltos, piso escorregadio, objetos no chão ou a ausência de barras de apoio, a escassez de alimentos ricos em nutrientes ou até mesmo a falta de coordenação motora. Neste contexto, a queda do idoso pode ser devastadora, causando episódios de dores crônicas, diminuição da autonomia e confiança, impacto psicológico, danos físicos incapacitantes e até mesmo levar a óbito. Os idosos que frequentemente caem, apresentam o dobro do risco de mortalidade em comparação com os idosos que não apresentam episódios recorrentes de queda. **Conclusão:** Portanto, a associação desses fatores à fragilidade do idoso, que inclui aspectos como exaustão, fraqueza e letargia, são importantes fatores a serem avaliados, discutidos e estudados, a



fim de se encerrar, ou pelo menos diminuir, a ocorrência destes episódios. No momento da pós-queda, as possíveis consequências podem representar danos significativos à vida do idoso. A partir disso, nota-se que este problema representa um impacto sanitário e social importante e, por esse motivo, a prevenção de quedas deveria ganhar maior magnitude.

**Palavras-chave:** acidentes por quedas; fatores de risco; idoso.



## RELAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE SÍNDROME ASIA (AUTOIMMUNE SYNDROME INDUCED BY ADJUVANTS) COM A VACINAÇÃO

Amanda Brandt<sup>1</sup>; Fernanda Maurer D'Agostini<sup>2</sup>; Liliã Simara Fernandes<sup>2</sup>; Marcelina Mezzomo Debiasi<sup>2</sup>; Nadia Aparecida Lorencette<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. 25amandabrandt@gmail.com

<sup>2</sup> Docentes do Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. fernanda.dagostini@unoesc.edu.br

**Introdução:** A Síndrome ASIA (Autoimmune Syndrome Induced by Adjuvants) é uma entidade recente, proposta por Shoenfeld e Agmon-Levin, em 2011, e abrange um conjunto de desordens imunomediadas causadas a partir de um adjuvante, estimulando uma resposta imunológica crônica em indivíduos geneticamente predispostos. Dentre os elementos considerados adjuvantes, inclui-se uma série de substâncias que constituem algumas vacinas. **Objetivo:** O objetivo do estudo foi realizar uma revisão bibliográfica, com enfoque no estabelecimento de relações e precedentes que associam a incidência de ASIA com a vacinação, destacando a importância dessa análise para redução dos casos. **Metodologia:** Foram feitas pesquisas nas plataformas SciELO e PubMed e, posteriormente, selecionados 6 artigos entre 2011 e 2020. **Resultados:** Com a ascensão de casos de Doenças Autoimunes (DA) a nível global, fora observado que em vasta parte, sua condição poderia ser resultante da exposição a longo prazo a sais de alumínio: composto amplamente utilizado como adjuvante em numerosas vacinas que, dentre outras ocorrências, estimula autoanticorpos e induz a produção de anticorpos IgE, além de toxicidade e criação de depósitos de antígenos locais. Ademais, como um dos critérios diagnósticos para ASIA, a exposição a um estímulo externo (adjuvante) anterior às manifestações clínicas do paciente, fora ponderado que o uso de sais minerais na vacinologia humana, ainda que aprovados pela Food and Drug Administration (FDA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), possui mecanismos de ação ainda incertos, exibindo desde efeitos locais (inflamação local) a sistêmicos, com a exacerbação de doenças autoimunes, além do tempo de permanência no músculo humano não ter sido estabelecido ainda. Para além dos sais de alumínio, outros adjuvantes já aprovados por órgãos competentes para utilização em vacinas como o esqualeno (MF59) também apresentaram tais efeitos adversos de hipersensibilidade,



estando similarmente associados com a ocorrência de ASIA. Com prevalência análoga entre os sexos e com uma média de idades por volta de 43 anos, a Síndrome apresentará intensidade e gravidade variáveis, intimamente ligadas a idiossincrasia dos pacientes, o que deve servir como alerta para não produzir subdiagnósticos ou diagnósticos errôneos, que possam comprometer sua qualidade de vida. Representando a estratégia com melhor custo-benefício para controle profilático de doenças infecciosas, a vacinação é uma das maiores conquistas médicas e os riscos apresentados não justificam a interrupção de qualquer formulação já disponível, nem a suspensão da vacinação, contribuindo para a desinformação. **Conclusão:** Destacando uma dificuldade inerente às DAs, com diagnósticos complexos, obscuros e delineamento precário, sugere-se uma associação de novos processos e a otimização dos demais, para que, idealmente, sua ocorrência venha a ser suprimida, como a enumeração e disseminação da sua etiologia; busca por alelos de antígenos leucocitários humanos (HLA) (marcadores genéticos específicos); rastreio correto uma vez que, com alta variação entre exposição-efeito, a determinação causal através de estudos randomizados torna-se difícil; busca por um adjuvante ideal (não tóxico, biodegradável, barato e inerte em relação ao antígeno) e investimento em nanotecnologia; estabelecimento de recomendações e tratamentos específicos e validação e refinamento dos critérios, com adição da Síndrome à International Classification of Diseases (ICD).

**Palavras-chave:** Síndrome ASIA; vacinação; adjuvantes; sais de alumínio.

## REFERÊNCIA

SHOENFELD, Y.; AGMON-LEVIN, N. 'ASIA' - autoimmune/inflammatory syndrome induced by adjuvants. *J Autoimmun*, v. 36, n. 1, p. 4-8, Feb. 2011. DOI: 10.1016/j.jaut.2010.07.003.



## SURGIMENTO OU AGRAVO DE DOENÇAS AUTOIMUNES EM CASOS GRAVES DE COVID-19

Wellison Felipe Correia<sup>1</sup>; Camila Katerin Perondi<sup>1</sup>; Natácha Tedesco<sup>1</sup>; Marcelina Mezzomo Debiasi<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. wellison.correia@unoesc.edu.br

<sup>2</sup> Docente no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. marcelina.debiasi@unoesc.edu.br

**Introdução:** Estudos atuais sugerem que a infecção respiratória causada pelo SARS-COV-2 (Covid-19) tem certa relação com o surgimento e agravo de Doenças Autoimunes (DA), devido à “tempestade de citocinas” gerada durante a inflamação, porém ainda não se sabe, ao certo, o que pode desencadear as diversas formas de DA. **Objetivo:** Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi relatar sobre o surgimento de DA e os agravos que a exposição ao Covid-19 pode desencadear, de acordo com as publicações disponíveis. **Metodologia:** Foram selecionados textos que abordaram a temática, a partir dos termos de busca: doença autoimune, covid-19 e consequências, por meio da plataforma Google Acadêmico. Obteve-se inicialmente um total de 6 artigos e 4 resumos, destes, após serem utilizados os filtros: idioma (português), artigos, período de 2018 a 2022; e ser desconsiderado artigos incompletos, reduziu-se a amostra para um total de 4 artigos. **Resultados:** De modo geral, em torno de 5% dos infectados por covid-19 desenvolveram a forma grave da doença, sendo que destes, 50% desenvolveram autoanticorpos, características presentes em doenças autoimunes, com geração de processos imunomediados (MENDES *et al.*, 2022). Na infecção, a elevada carga viral geralmente gera intensa ativação de macrófagos, via enzima conversora de angiotensina (ECA), via receptores Toll-like ou pela via de anticorpos, a qual pode gerar reatividade cruzada com células hospedeiras. Muitos pacientes, que apresentaram sintomas respiratórios ou sistêmicos (com maior gravidade), tiveram manifestações de síndrome de Guillain-Barré pós covid devido à imunidade cruzada, enquanto outros desenvolveram anemia hemolítica autoimune, doença mais relacionada à infecção aguda. Também houve casos de indivíduos que apresentaram sinais clínicos de lúpus após infecção pelo Sars-CoV-2, com presença de autoanticorpos. Com relação aos indivíduos que já eram portadores da Esclerose Múltipla (EM) antes do Covid, a infecção viral provocou surtos dessa DA, piorando a qualidade de vida desses pacientes. Da mesma forma, achados clínicos demonstraram que portadores de lúpus eritematoso sistêmico podem ser mais propensos ao desenvolvimento da



forma grave de infecção por covid 19, independente do tratamento utilizado. Com relação ao público infantil, acima dos cinco anos e de raças negras ou hispânicas, a exposição ao vírus desencadeou uma nova e complexa afecção hiperinflamatória: a síndrome inflamatória multissistêmica, que apresenta certa semelhança com a doença de Kawasaki. Apesar de as alterações clínicas serem identificadas, até o momento, não se pode associar o desenvolvimento e agravo das DA com a exposição ao Sars-CoV-2, devido ao número limitado de publicações sobre o assunto já que a sua patogenicidade ainda não foi completamente elucidada. **Conclusão:** Diante desses resultados, percebe-se que o Sars-CoV-2, em casos graves, pode ter correlação com o desencadeamento e agravo de processos autoimunes, entretanto ainda existem poucas evidências sobre isso, visto que o número de publicações, relacionadas à temática ainda é escassa e o assunto ainda é muito recente. Portanto maiores investigações são necessárias.

**Palavras-chave:** Doença Autoimune; Covid-19; autoanticorpos;

## REFERÊNCIA

MENDES, T. O. R. *et al.* As alterações imunológicas desencadeadas pela infecção do coronavírus: novas doenças imunomediadas e prognósticos nos portadores de doenças autoimunes infectados. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 1, p. 483-491, jan. 2022.



## SÍNDROME DE GORHAM-STOUT: REVISÃO DOS TRATAMENTOS E A TERAPIA COMBINADA

Aléxia I. Faé<sup>1</sup>; Laura M. da Luz<sup>1</sup>; Maria C. P. Griss<sup>1</sup>; Victória F. Colpini<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. lauradaluz08@gmail.com

**Introdução:** A doença de Gorham-Stout, ou “Síndrome do osso fantasma”, é uma patologia caracterizada pela osteólise massiva associada a fatores genéticos e traumas, a qual afeta um ou mais ossos a partir da proliferação do sistema vascular e linfático, e tem como resultado a destruição e a reabsorção da matriz óssea. **Objetivo:** A presente revisão pretende analisar o uso do medicamento Sirolimus e da radioterapia, além de outros tratamentos multimodais na síndrome de Gorham-Stout e suas respectivas eficácias. **Metodologia:** Os três artigos revisados foram selecionados a partir das plataformas digitais Google Acadêmico e Scielo, em textos publicados nas revistas Brazilian Journal of Development, EFORT Open Reviews e BMC Musculoskeletal Disorder, entre os anos de 2020 e 2022. **Resultados:** A síndrome de Gorham-Stout é uma doença rara, de modo que são estimados menos de 400 casos descritos no mundo, em vista disso, o diagnóstico se dá por critério de exclusão, análise de exames de imagem e biópsias do tecido ósseo. Atualmente, ainda não há consenso na medicina sobre um tratamento efetivo, entretanto, estudos recentes demonstram que o uso da radioterapia em conjunto com outras intervenções, bem como medicamentos e procedimentos cirúrgicos, produz efeitos significativos para impedir a progressão da síndrome. No que tange às manobras cirúrgicas, elas, geralmente, são utilizadas para fins paliativos, pois não contribuem diretamente para o regresso da osteólise, em razão da gravidade da doença. Quanto ao emprego da radioterapia, a maioria dos casos estudados apresentou um controle da patologia em cerca de 77,2%, com conseqüente retrocesso da angiogênese. Outras opções de tratamento são a partir de fármacos que visam à inibição da osteólise e da reabsorção óssea, bem como a manutenção do sistema esquelético, como bifosfonatos (ácido zoledrônico, ácido pamidrônico), vitamina D, cálcio, alfainterferona 2b, calcitriol, corticoides e propranolol, de modo que algumas dessas substâncias são usadas desde o primeiro caso descrito. Na última década uma nova droga foi desenvolvida, o Sirolimus, a qual age como um regulador da angiogênese. A administração do medicamento, até o presente momento, apresentou um bom potencial terapêutico somado a outras terapias, com um resultado positivo em 83,3% dos pacientes, além de possuir efeitos colaterais minimizados por ser uma solução



oral. **Conclusão:** Infere-se, portanto, que os tratamentos multimodais se direcionam para os sintomas específicos de cada caso, não excluindo o risco de óbito. Ademais, o tratamento deve ser assessorado por uma equipe médica multidisciplinar, além de analisar as individualidades de cada paciente, com a finalidade de garantir uma melhor qualidade de vida.

**Palavras-chave:** Gorham-Stout; Sirolimus; radioterapia; tratamento.



## TRANSPLANTES DE ÓRGÃOS E FETOS ANENCEFÁLOS: CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Suelen Raquel Dagostin<sup>1</sup>; Vanessa Cristina Grolli Klein<sup>1</sup>; Luana Patrícia Marmitt<sup>2</sup>; Claudia Grasel<sup>2</sup>; Elcio L. Bonamigo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestrandas no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. sudagostin@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Docentes no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. claudia.grasel@unoesc.edu.br

**Introdução:** A anencefalia resulta da ausência parcial do encéfalo e da calota craniana, o que pode conferir ao paciente uma atividade cerebral rudimentar: presença de respiração espontânea, batimentos cardíacos, além de sucção e deglutição, conferindo uma sobrevida variável. Esta malformação ocorre em 1 a 5 casos por 1000 nascidos vivos, com predomínio no sexo feminino. A problemática envolvendo anencéfalos como possíveis doadores de órgãos ganhou notoriedade a partir da realização de um transplante cardíaco em 1987, no Canadá, no qual o doador era portador de anencefalia. **Objetivo:** Discutir os aspectos éticos na problemática da doação de órgãos de doadores recém-nascidos com diagnóstico de anencefalia. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica na plataforma Portal Capes, utilizando-se os termos “anencefalia” and “transplante” and “órgãos”. Foram encontrados 11 artigos e selecionados os 5 mais relevantes. **Resultados:** A doação de órgãos em anencéfalos envolve alguns dilemas éticos. Trata-se de uma linha tênue entre a definição de morte encefálica – tecnicamente difícil devido ao sistema nervoso rudimentar – e parada cardiorrespiratória. Seria este o caso de um estado de morte presumida? Em 08/09/2004, o Conselho Federal de Medicina emitiu a Resolução n. 1.752/04, autorizando a retirada de órgãos de recém-nascidos anencefálicos com a autorização dos pais. Por outro lado, o Ministério da Saúde, em Portaria n. 487, de 02 de março de 2007, determina que a retirada de órgãos de recém-nascido anencéfalo para fins de transplante deverá ser precedida de diagnóstico de parada cardíaca irreversível. Neste sentido, poderá ocorrer a inviabilidade dos órgãos vitais após cessarem os batimentos cardíacos, devido ao efeito deletério da hipoxemia aos tecidos. **Conclusão:** Devido à dificuldade na disponibilidade de doadores nesta faixa etária, os neonatos anencéfalos podem trazer esperança para famílias de pacientes cuja única alternativa para se manterem



vivos, é a doação de órgãos. No entanto, mantém-se o embate ético da questão que está enraizado na cultura, na temporalidade histórica e perpassa dilemas legais.

**Palavras-chave:** anencefalia; doação de órgãos; bioética.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução n. 1.752, de 08 de setembro de 2004. Dispõe sobre a autorização ética do uso de órgãos e/ou tecidos de anencéfalos para transplante, mediante autorização prévia dos pais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 140, 13 set. 2004.

BRASIL. Portaria GM/MS n. 487, de 02 de março de 2007. Dispõe sobre a remoção de órgãos e/ou tecidos de neonato anencéfalo para fins de transplante ou tratamento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 29, 05 mar. 2007.



## USO DO ExPreS - EXTUBATION PREDICTIVE SCORE – COMO PREDITOR DE SUCESSO NA EXTUBAÇÃO DE PACIENTES EM DESMAME DA VENTILAÇÃO MECÂNICA

Ana P. F. Kojoroski<sup>1</sup>; Antuani R. Baptistella<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. anakoijoski@hotmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. antuani.baptistella@unoesc.edu.br

**Introdução:** A decisão de retirar o paciente da ventilação mecânica (VM) ocorre assim que ele atende aos critérios de desmame da ventilação mecânica (DVM) e passa no teste de respiração espontânea (TRE). **Objetivo:** Comparar a capacidade preditiva do ExPreS ao protocolo convencional das Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica (DBVM) no desfecho da extubação de pacientes em desmame da VM. **Método:** Trata-se de um ensaio clínico randomizado, realizado com pacientes em VMI por mais de 24 horas, com idade >18 anos, que estavam em DVM. Os pacientes que foram considerados aptos a realizar o TRE foram randomizados em Grupo Controle (GC) e Grupo ExPreS (GE). O TRE foi realizado em VM modo PSV, com PEEP 5cmH<sub>2</sub>O e PS de 7cmH<sub>2</sub>O, ambos por 30 minutos. No GC após o paciente passar pelo TRE, foi calculado o IRRS, sendo extubados pacientes com valores abaixo de 105 l/min, enquanto que os pacientes com o IRRS maior que 105 l/min retornaram para os parâmetros anteriores de VM por pelo menos 24h, até a realização de um novo TRE. No GE, após o paciente passar pelo TRE, foi calculado o score final do ExPreS. Os pacientes que apresentaram pontuação ≤ 44 retornaram para os parâmetros anteriores na VM por pelo menos 24 horas; aqueles que tiveram pontuação entre 45 e 58 e não tinham fatores de risco para falha (cardiopatia, DPOC ou obesidade) foram extubados, enquanto aqueles com algum fator de risco retornaram para os parâmetros anteriores na VM, também por pelo menos 24 horas; já os pacientes que tiveram >59 pontos foram extubados. O total de ExPreS pode variar de 0 a 100. Todos os pacientes, de ambos os grupos passaram pela avaliação da permeabilidade das vias aéreas pelo *cuff leak test*. Pacientes que apresentaram 10% ou mais de permeabilidade foram extubados, enquanto os outros voltaram para a VM e receberam corticoterapia por pelo menos 24 horas, conforme as DBVM. **Resultados:** Foram randomizados 29 pacientes, 15 no



GE e 14 no GC. A amostra foi composta por 12 pacientes do sexo feminino, e 17 do sexo masculino. A média de idade dos pacientes extubados foi de 54,7 anos. Os diagnósticos mais prevalentes encontrados foram trauma (27,6%), doenças respiratórias (20,7%), seguido de pós operatório (10,3%), doenças renais (10,3%), doenças neurológicas (6,9%), sepse e doenças cardíacas (3,4%), enquanto 17,2 % foram de outras causas, não sendo evidenciado diferença estatística entre os grupos. No desfecho, o GE apresentou 93,3% de sucesso de extubação e o GC 71,4%, com falha de extubação de 28,6% neste grupo. O tempo de VM no GE foi de 7 dias ( $\pm 4,1$  dias) e no GC de 6,8 ( $\pm 4,1$  dias). RASS no GE foi de - 0,4 ( $\pm 1,9$ ) e GC foi de - 0,00 ( $\pm 0,9$ ). O f/VT no grupo GE foi 43,0 ( $\pm 9,5$ ) e GC foi de 46,9 ( $\pm 27,7$ ) e PaO<sub>2</sub>/FiO<sub>2</sub> no GE foi de 253,2 ( $\pm 66,1$ ) e GC foi de 303,8 ( $\pm 115,8$ ). **Conclusão:** O protocolo ExPreS mostrou melhores resultados de sucesso de extubação quando comparado ao protocolo convencional das DBVM.

**Palavras-chave:** ventilação mecânica; desmame; extubação.





## “VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA”: FATORES PREDISPOANTES E INADEQUAÇÃO TERMINOLÓGICA

Nathalia Moterle<sup>1</sup>; Vitória L. Andrade<sup>1</sup>; Alana Lichs<sup>1</sup>; Elcio L. Bonamigo<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discentes no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina, Joaçaba, SC. nmoterle@gmail.com

<sup>2</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Biociências e Saúde e no Curso de Medicina, Área das Ciências da Vida e da Saúde, Universidade do Oeste de Santa Catarina Joaçaba, SC. elcio.bonamigo@unoesc.edu.br

Financiamento: Bolsa UNIEDU

**Introdução:** “Violência obstétrica” é uma expressão amplamente utilizada para referir-se às condutas inadequadas dos profissionais durante a assistência às gestantes. No entanto, possui conotação negativa por desestimular práticas necessárias à condução do parto e estigmatizar os profissionais que a realizam. **Objetivo:** Descrever os fatores preditores da violência obstétrica no Brasil e analisar a pertinência de sua denominação. **Método:** Trata-se de uma revisão de literatura na plataforma Google Acadêmico, incluindo artigos publicados a partir de 2018, utilizando-se os descritores “Violência Obstétrica Brasil” e “Obstetric Violence Brazil” no título dos artigos. **Resultados:** Foram demonstrados 60 resultados e, após excluir teses, relatos de casos e documentos que menos se enquadram no tema, restaram 22 artigos dos quais três foram selecionados para a inclusão no trabalho e, pela sua importância quanto à discussão da denominação, foi também incluída uma nota de esclarecimento. A utilização dos termos “violência obstétrica” possui conotação negativa por colocar em dúvida práticas corretas quando são bem indicadas, tais como: administração de ocitocina, realização de episiotomia e cesarianas, entre outras, recomendando-se, portanto, sua substituição pela expressão “má-prática” (FEBRASGO, 2022). A violência obstétrica pode ocorrer desde o pré-natal até o puerpério e ser verbal, física, psíquica ou sexual, exemplificadas por atos de toques vaginais violentos e em excesso, manobra de Kristeller, episiotomia de rotina, uso de fórceps e ocitocina sem indicação, negação de analgesia, procedimentos sem consentimento da gestante, lavagem intestinal, tricotomia, restrição de dietas, desrespeito ao direito de escolha da via de parto e à acompanhante (NICULAU; FEITOZA; MENEZES, 2021). Por essa definição, a maioria das condutas caracterizam-se como má prática da obstetrícia. A necessidade de que os procedimentos médicos só sejam feitos com o consentimento livre e esclarecido da paciente é o



ponto de partida em se tratando da prevenção contra a violência na prática da saúde, o que é assegurado pelos arts. 22 e 24 do Código de Ética Médica, bem como pelo art. 15 do Código Civil (DIAS; MACHADO, 2018). Contudo, tal medida não é suficiente para a prevenção da má prática médica, sendo necessário um melhoramento no seu aspecto qualitativo. Ou seja, não basta garantir o direito de escolha do procedimento pelas gestantes, mas zelar para que sejam criados programas específicos, tal como a Rede Cegonha, para melhoria dos serviços e acesso à eles, especialmente no acompanhamento pré-natal, parto e puerpério, com atenção humanizada à mulher e à criança (FERREIRA, 2021). **Conclusão:** Conclui-se que a violência obstétrica constitui uma forma de má prática no atendimento às gestantes e puérperas. Quanto à denominação, questiona-se o uso do termo “violência” por extrapolar o real sentido da ocorrência de má-prática e estigmatizar práticas necessárias durante o parto e os profissionais de saúde, sobretudo médicos e enfermeiros. Aponta-se que, a partir da identificação dos fatores predisponentes, faz-se necessário aprofundar estudos sobre suas causas e desenvolver políticas públicas que sejam efetivas, eficientes e que assegurem a proteção dos direitos, afim de mudar a realidade das más práticas durante o atendimento obstétrico no Brasil.

**Palavras-chave:** violência obstétrica; gestantes; autonomia.

## REFERÊNCIAS

DIAS, M.; MACHADO, V. E. M. Obstetric Violence in Brazil: an integrated multiple case study. **Humanities and Social Sciences Review**, v. 8, n. 2, p. 117-128, 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330442099\\_OBSTETRIC\\_VIOLENCE\\_IN\\_BRAZIL\\_AN\\_INTEGRATED\\_MULTIPLE\\_CASE\\_STUDY](https://www.researchgate.net/publication/330442099_OBSTETRIC_VIOLENCE_IN_BRAZIL_AN_INTEGRATED_MULTIPLE_CASE_STUDY). Acesso em: 20 jul. 2022.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA – FEBRASGO. **Posicionamento FEBRASGO** - Qualidade na assistência ao parto e cuidado seguro e respeitoso da saúde materna e fetal. São Paulo, 2022. Disponível em: [file:///C:/Users/DELL/Downloads/PosicionamentoFebrasgoContra-ViolenciaObstetrica%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/DELL/Downloads/PosicionamentoFebrasgoContra-ViolenciaObstetrica%20(2).pdf). Acesso em: 20 jul. 2022

FERREIRA, S. C. S. *et al.* Fatores que contribuem para a ocorrência da violência obstétrica no Brasil: revisão integrativa de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13, n. 12, p. e9512, 30 dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e9512.2021>. Acesso em: 20 jul. 2022.

NICULAU, D. dos S.; FEITOZA, C. S. V.; MENEZES, M. O. Reflexos sobre a Violência Obstétrica no Brasil: Aspectos Culturais. **Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde – UNIT, Sergipe**, v. 6, n. 3, p. 95, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/9394/4458>. Acesso em: 20 jul. 2022.-